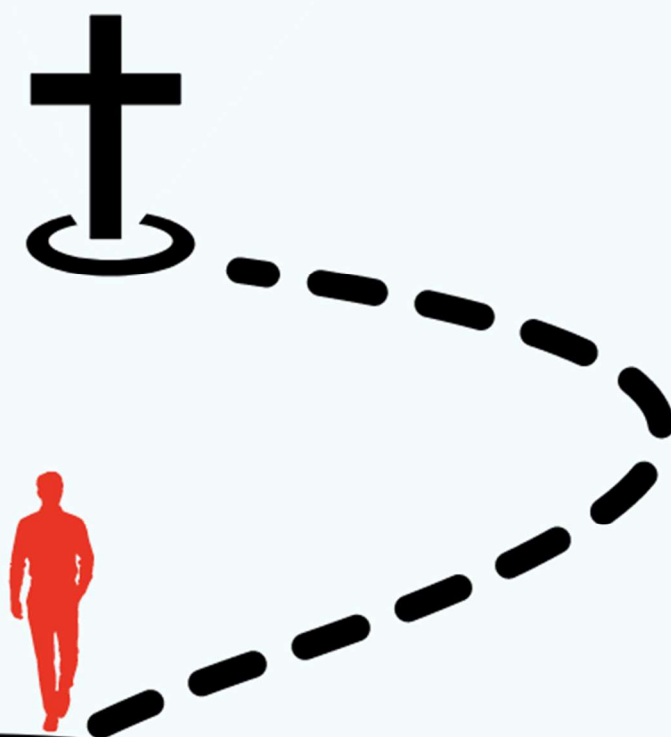


REVISTA
**NOVA
VIDA**



EXPEDIENTE

Primeira Igreja Batista em Divinópolis-MG

Pastor-Presidente: Pr. Tarcísio Farias Guimarães

Área Ministerial de Formação Cristã

Pr. Petrônio Almeida Borges Júnior

PALAVRA VIVA

Revista de estudos bíblicos para jovens e adultos.

Publicação semestral.

Coordenação Editorial Pr. Petrônio Almeida Borges Júnior

Supervisão Geral Pr. Tarcísio Farias Guimarães

2022 – Ano V – Nº 01

Nova Vida

Autor Pr. Petrônio Almeida Borges Júnior

Revisão

Anamaria Leal de Souza Borges

Fabiano Nogueira Cortez

Pr. Tarcísio Farias Guimarães

Capa Igor Batista



Filiada à Convenção Batista Brasileira,
Convenção Batista Mineira
e Associação das Igrejas Batistas do Oeste de Minas

Telefone: (37)3222-9664 | (37)3221-1910

Endereço: Rua Pernambuco, 454 - Centro. Divinópolis / MG | 35.500-008

E-mail: pibdiv@hotmail.com | Site: www.pibdiv.org

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 4

1 O PLANO DA SALVAÇÃO, 5

2 O PROBLEMA DO PECADO, 10

3 A SOLUÇÃO PARA O PECADO, 14

4 O BATISMO BÍBLICO, 19

5 A CEIA MEMORIAL, 28

6 A IGREJA DE DEUS, 36

7 O NOVO NASCIMENTO, 42

8 O ESPÍRITO SANTO, 47

9 A CERTEZA DA SALVAÇÃO, 51

10 A ESPERANÇA CRISTÃ, 56

11 A VIDA DE ORAÇÃO, 63

12 O DÍZIMO NA BÍBLIA, 69

13 O TESTEMUNHO CRISTÃO, 77

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresento a revista “Nova Vida”, uma publicação que tive a honra de preparar com base na experiência de cinco anos na classe Nova Vida, da nossa Escola Bíblica Dominical. Escrevemos com o objetivo de preparar novos convertidos para o batismo. Para isso, utilizamos como base as revistas “E agora”, de Charles Brock, e “O que Jesus deseja que você faça”, de Frank Barnes, amplamente usadas pelas igrejas batistas. Além disso, durante o período da pandemia, aproveitamos os esboços das aulas online, a fim de adaptar o conteúdo para que pudesse ser utilizado tanto nas aulas presenciais quanto nas aulas virtuais.

Mas esta revista não se limita apenas ao estudo dos candidatos ao batismo. Ela também pode ajudar na revisão doutrinária, especialmente na doutrina da salvação, e servir de base para o crescimento espiritual de todos os membros da igreja. Para isso, é importante que cada aluno participe das aulas presenciais e responda às questões de estudo no final de cada lição, a fim de consolidar o conhecimento adquirido.

Tenho plena convicção de que esta revista será uma grande bênção na vida dos novos discípulos, proporcionando uma base sólida para poderem crescer e frutificar em Cristo. Meu maior desejo é ver cada um dos leitores satisfeitos e frutíferos em Cristo, e creio que esta será uma grande ferramenta para alcançar esse objetivo.

Que Deus abençoe a todos nós nessa caminhada de discipulado e crescimento espiritual.

Com amor em Cristo,

Pr. Petrônio Borges Jr.

O PLANO DA SALVAÇÃO

O Plano Eterno de Deus

Devemos pensar no plano de Deus para salvação é um plano eterno porque o nosso Deus é um Deus Eterno. Deus é um Ser Supremo, então, quando pensamos em salvação precisamos começar a pensar a partir da soberania divina. O ser humano não é centro do universo e a nossa salvação não aconteceu quando começamos a nos interessar por uma vida religiosa, quando tivemos uma crise de fé ou recebemos a influência de alguém. Deus agiu muito antes de tudo isso.

Em **Gênesis 1:1** lemos que *“No princípio, criou Deus os céus e a terra”*. Antes mesmo da criação, o Deus Soberano já tinha um propósito que nos foi revelado no próprio ato criador. Neste texto, então, começamos a pensar em salvação antes da criação. Como pode ser isso? Para entendermos essa doutrina precisamos ir a **1 Pedro 1:18-20**, quando o apóstolo ensina que a nossa salvação custou o sangue precioso de Jesus e que esse sangue foi *“conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos por amor de vós”*. Aprendemos com Pedro que na vida de Jesus, especialmente em sua morte na cruz, foi cumprido o plano eterno de Deus.

Voltando para o livro de Gênesis, encontramos a promessa de salvação que veio a ser cumprida com a vida e a obra de Jesus: *“Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar”* (**Gênesis 3:15**). Já no ato da queda, isto é, do pecado, quando o ser humano se rebelou e desobedeceu ao Criador e à Sua Vontade, foi apresentado o “Evangelho”, o anúncio antecipado da boa notícia de salvação diante da tragédia do pecado e da morte.

Mas você poderia honestamente perguntar: se Deus sabia que o primeiro casal iria pecar, por que permitiu que acontecesse? A resposta está no próprio ato criador de Deus: *“Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou”* (**Gênesis 1:27**). O ser humano recebeu “imagem e semelhança” do Criador, ou seja, a capacidade de se relacionar com Ele sendo também uma pessoa, capaz de pensar, sentir e decidir. Deus nos fez responsáveis por nossas escolhas para

que o relacionamento com Ele fosse real. O que Adão e Eva viveram no jardim do Éden não foi uma encenação, eles eram pessoas reais e viveram experiências reais com um Deus real.

Deus já sabia porque Ele é “onisciente”, ou seja, sabe todas as coisas. Ele sabia que a revelação completa da sua glória não seria possível no Éden, mas no Calvário. Ele sabia que ao pecar e se distanciar, o ser humano experimentaria a morte. Morte é separação. Como Deus é a fonte da Vida e do Bem, ao longo da história as pessoas experimentariam maldade e autodestruição. Essa passaria a ser a natureza humana, rebelde contra o Criador e direcionada para o mal. Por isso, foi necessário que, antes mesmo da criação, Deus já houvesse providenciado a salvação.

A iniciativa de Deus na salvação

Aqui aprendemos um conceito fundamental na vida cristã: graça. Graça significa a disposição de Deus de nos criar mesmo sabendo que nós iríamos nos rebelar contra Ele; é a disposição divina de não somente criar, mas, de sustentar o ser humano, de mantê-lo vivo, até que pudesse ser salvo. A graça é essa disposição do ser de Deus que não considera o nosso merecimento e nos dá a chance de voltarmos ao relacionamento que Ele planejou ter conosco. É isso que chamamos “salvação”.

O missionário e teólogo batista Alva Bee Langston, disse sobre isso o seguinte: *“A soberania de Deus relativamente à salvação do homem significa que Deus é quem toma a iniciativa da realização da obra e, assim na criação como na redenção, nós precisamos empregar as palavras do livro de Gênesis ‘no princípio Deus’”* (LANGSTON, 1999). Isso significa que devemos aplicar a soberania de Deus tanto para a criação quanto para a salvação. É muito importante que você considere isso: a sua salvação só foi possível devido à iniciativa de Deus. Mas é justo que você pergunte: já que Deus decidiu antes, como fica a participação humana nesse processo? E se eu não quiser ouvir o Seu chamado para um relacionamento com Ele? Essa dúvida é legítima, então, precisamos buscar resposta na Palavra de Deus.

A Bíblia nos dá fundamento abundante para afirmar que Deus é soberano e ele toma iniciativa para salvação, mas o ser humano é responsável diante de Deus. Ele foi criado à imagem e semelhança de Deus e Deus preservou nele a capacidade de responder a essa iniciativa. Precisamos pensar salvação como uma aliança ou relacionamento que envolve duas partes ou duas pessoas. Para que fosse possível o

resgate e a reconciliação após o pecado, Deus preservou de nossa vontade o suficiente para responder a Ele e, através do Seu poder, voltarmos para a aliança.

Uma ilustração para isso pode ser um terremoto de alto grau que causa grande devastação, destes que esperamos nunca experimentar, mas que infelizmente acontece com frequência crescente. Pelos telejornais assistimos às equipes de resgate buscando pessoas com algum sinal de vida. Quando encontram, todos os esforços se concentram ali. E um bombeiro grita: tem alguém aí? Você está ouvindo? O pecado reduziu todo o potencial humano recebido na imagem e semelhança de Deus à capacidade mínima de responder: Socorro!

O pecado quebrou a comunhão com Deus, estabeleceu um abismo intransponível da parte do homem. Mas Deus veio a nós na pessoa de Jesus e devemos recebê-lo para sermos salvos. Se não fosse dessa maneira, o ser humano não poderia ser responsabilizado diante de Deus. Vejamos se não é assim em um dos versículos mais conhecidos da Bíblia, **João 3:16**: *“Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”*. A palavra mundo aqui significa a humanidade (como em Jo 1:29 e 1Jo 2:2). Mais uma vez a Bíblia ressalta a iniciativa divina, e aqui a motivação para isso é o amor provado pela entrega do Seu Filho, Jesus Cristo.

O texto, então, diz que aquele que crê, ou seja, que se abre para receber esse amor, tem a vida eterna e não é, portanto, condenado. Atente para estes dois pontos: primeiro, Deus amou o mundo, as pessoas que habitam o mundo. Por outro lado, cada um de nós é responsável diante de Deus. A palavra crer significa confiar. No contexto do Novo Testamento essa palavra relaciona-se com a fé salvadora.

Agostinho de Hipona (354-430 d.C.), comentando esta verdade bíblica, ressaltou que *“Deus ama cada um de nós como se não houvesse nenhum outro a quem amar”*. Ele não descarta ninguém, nem criou ninguém para o inferno. Ele é paciente, investe e busca a cada ser humano perdido no pecado. Deus amou, mas existe uma condição para que o relacionamento seja restaurado, para que a reconciliação aconteça. Essa condição é a fé salvadora, ou seja, a confiança total em Deus e no meio que Ele estabeleceu para a salvação: o sacrifício de Jesus Cristo.

A responsabilidade humana na salvação

Vejamos agora **Lucas 9:23**: *“Dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, dia a dia tome a sua cruz e siga-me”*. Este texto reforça a ideia de uma responsabilidade humana em decidir voltar-se para Deus. Jesus dizia “a todos”, ou seja, o convite é geral. Aqui devemos lembrar do ato criador de Deus ao formar o ser humano à sua imagem e semelhança. Um aspecto fundamental desta imagem divina é a vontade, isto é, capacidade de tomar decisões, de querer ou não. Deus preservou no ser humano essa competência para ser o critério da salvação. Em seu ministério, Jesus Cristo era o próprio Deus fazendo soberanamente o convite para a reconciliação.

Lembramos também de **Mateus 11:28-30**, por exemplo, onde o Senhor diz: *“Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. O convite para ir até Jesus também é um chamado para experimentar uma mudança radical, mudança na mentalidade e no estilo de vida. É o que foi dito por Jesus no início do seu ministério, segundo o Evangelho de Marcos: “O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho” (Marcos 1:15). Arrependimento significa mudar a forma de pensar, mudar o jeito de encarar a vida, mudar a posição com relação a Deus. Arreponder-se é deixar o orgulho, renunciar à própria vontade e render-se perante o Salvador e Senhor.*

Dois verdades sobre a salvação

Dois verdades sobre a salvação são afirmadas pela Palavra de Deus e não podem ser separadas pela razão humana: a soberania divina e a responsabilidade humana. Deus toma a iniciativa, mas o ser humano tem a capacidade e o dever de responder. Devemos aprender a pensar biblicamente: aceitar duas verdades em tensão e aparentemente contraditórias: soberania divina e responsabilidade humana. O apóstolo Pedro, em seu sermão no Dia de Pentecostes, atribuiu a morte de Jesus simultaneamente ao plano de Deus e à maldade humana: *“Sendo entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, sós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos”* (Atos 2:23).

Tudo o que vimos até aqui concorda com a forma como batistas organizam as ideias em torno da doutrina da salvação. Vejamos um trecho da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, da qual nossa igreja faz parte: *“Antes da criação do*

mundo, Deus, no exercício da Sua soberania divina e à luz de Sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitariam livremente o dom da salvação; Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os homens". Deus sabia que você aceitaria a salvação oferecida por Ele na cruz. Ele nos salvou segundo a sua presciência e usou este critério para selar nossa salvação. O critério foi a fé salvadora na obra de Cristo que Ele conheceu antecipadamente que se tornaria uma experiência real na história, ou seja, que nós aceitaríamos a salvação livremente com pessoas responsáveis.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) De quem é a iniciativa para a salvação, de Deus ou do ser humano? (João 3:16)
- 2) Quando Deus decidiu salvar o ser humano? (1 Pedro 1:18-21)
- 3) Qual a participação humana na salvação? (Lucas 9:23)

O PROBLEMA DO PECADO

Na primeira lição estudamos o plano da salvação. O Deus Soberano definiu um plano eterno e, por amor, tomou a iniciativa de resgatar os pecadores. Mas a reconciliação com Deus também exige a responsabilidade do ser humano em responder ao chamado divino. Nesta lição trataremos do problema do pecado. Procuraremos entender o que significa o pecado, quais são as suas consequências e como nós devemos lidar com ele.

Separados de Deus

Existe uma diferença significativa entre o pecado enquanto comportamento ou como um estado da alma, uma condição da existência do ser humano. Normalmente relacionamos pecado com ações ou omissões, por pensamentos, palavras ou atos. Mas biblicamente devemos entender o comportamento como uma manifestação do pecado, uma evidência da sua presença em nossa vida. Por isso, o teólogo batista Alva Bee Langston criou o termo *pecadeiro* para explicar que o pecador é como uma árvore que produz pecados. Os comportamentos pecaminosos são apenas “frutos”.

Em **Romanos 3:23**, o apóstolo Paulo afirma que *“todos pecaram e carecem da glória de Deus”*. A palavra “carecem” comunica a ideia de afastamento ou separação. Todas as pessoas, indistintamente, estão nesta condição diante de Deus. Mesmo tendo sido criados à Sua imagem e semelhança, para um relacionamento íntimo e contínuo com Ele, estão aquém, distantes; ficaram para trás na caminhada; tornaram-se incapazes de andar com Deus por si mesmos.

Esta compreensão nos leva de volta ao livro de Gênesis. Quando desobedeceram à vontade de Deus e, desta forma, se rebelaram contra o Criador (Gn 3:6), Adão e Eva fugiram e tentaram se esconder. O limite estabelecido estava claro: *“mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás”* (Gn 2:17). Mas, sob influência de Satanás, que apareceu em forma de serpente (Gn 3:1), o primeiro casal cometeu um ato de desobediência que se transformou em uma tragédia para toda a humanidade. Isso porque, naquele momento, eles eram representantes de todos nós. Ou seja, no lugar deles teríamos feito o mesmo. Mas Deus os buscou para continuar o relacionamento, apresentado na narrativa como um passeio ou caminhada (Gn 3:8).

O pecado, que foi um ato para o primeiro casal, passou a ser um estado da alma, para eles e seus descendentes. Quando Deus perguntou no jardim: *“Adão, onde estás?”* (Gn 3:9), não estava em dúvida sobre a sua localização geográfica. Na verdade,

queria que a humanidade respondesse qual posição havia assumido diante dEle e da vida. Houve uma trágica separação, que depois o apóstolo Paulo tratará como uma *carência da glória de Deus*.

Deus e homem, Criador e criatura, caminhavam juntos, lado a lado; esta é a imagem que nos vem à mente. Depois do pecado, o homem não consegue mais “alcançar os passos” de Deus. Por isso, o Senhor Jesus revelou-se como O Caminho: *“Respondeu-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (João 14:6)*. Notem bem, ele disse: *“ninguém vem ao Pai”*, isto é: o homem não poderia ir de volta para Deus, então, Deus veio para caminhar novamente com o homem rumo à eternidade.

Deus buscou o pecador

Ao longo de toda a história da salvação, Deus buscou o ser humano para caminhar consigo mesmo diante desse estado de queda. As pessoas não eram mais capazes de ter comunhão com o Deus Santo e, por outro lado, este Deus Perfeito e Poderoso não pode conviver com o pecado. Dessa forma, entendemos, por exemplo, quando Deus libertou o povo hebreu da escravidão no Egito, e revelou a Sua Lei como expressão da santidade e perfeição do seu caráter. Com isso, em simultâneo, estava ensinando sobre a incapacidade do povo em obedecê-lo sem depender totalmente da Sua misericórdia.

Jesus, Deus Encarnado, agora em outro monte, o monte das bem-aventuranças, declarou a Sua Lei de forma radical e definitiva. Ele mostrou qual foi desde o princípio a Sua intenção em outorgar a lei através de Moisés. A Lei não era um meio para a salvação, como os fariseus e os escribas acreditavam e ensinavam, mas a prova de que o pecado é um estado mal da alma. Ela serve apenas como RX, mas é incapaz de curar; revela o pecado, mas não pode detê-lo ou eliminá-lo. Pelo contrário, mostra que o pecado vem o interior do homem e se manifesta em pensamentos, palavras, ações e omissões. Os religiosos da época de Jesus estavam tentando negar esta realidade através de rituais e regras de comportamento.

No tempo Moisés, Deus revelou a sua santidade no Monte Sinai através dos Dez Mandamentos, agora, com Jesus, o mesmo Deus tirava definitivamente o véu e deixava claro que o pecado não é um comportamento, mas, antes, um estado mal da alma. Antes do homicídio está o desejo de matar; antes do adultério, o desejo de possuir a mulher do próximo; antes da mentira, o desejo de enganar. O pecado é uma inclinação para o mal que está presente em toda a raça humana. Por isso, Deus buscou o pecador; veio a nós movido por amor e nos ofereceu, no sacrifício de Jesus, a única esperança para a salvação.

O pecado original

Esta inclinação ou tendência para o mal se revela principalmente no egoísmo. Um estado egoísta dominou a natureza humana quando nossos primeiros pais desobedeceram e se rebelaram contra Deus. Como insiste A. B. Langston, o estado mal do homem é um estado egoístico. Deus é amor, como ensina o apóstolo João (1Jo 4:8), e nós amamos com o amor que recebemos dele (1Jo 4:19). Encontramos na Bíblia estes dois mandamentos unidos: amar a Deus e amar ao próximo. O primeiro casal pecou porque pararam de amar a Deus como a fonte da vida e pararam de amar um ao outro, cada um querendo ser o centro da própria vida.

O que aprendemos a chamar de “pecado original” nada mais é do que a rejeitar a posição em que Deus nos colocou, um ser criado e dependente dEle, e a negar ao semelhante o melhor que temos e somos. Os judeus acreditam que esta condição é *yetzer hara* (Gn 6:5 e 8:21), uma inclinação para o mal, a fonte da maldade na espécie humana. Gênesis 6 trata da corrupção do gênero humano antes de apresentar a vida de Noé como sendo justo. O versículo 5 mostra que *“a maldade do homem se havia multiplicado na terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração”*. Já naquele momento da história humana, o ser interior, coração, estava totalmente inclinado para o mal.

Uma ilustração vinda da geografia bíblica serve perfeitamente para demonstrar o significado do pecado original como egoísmo. O Rio Jordão recebe das fontes que estão na região montanhosa do norte da Palestina e deságua no Mar Morto, na fronteira com o Egito. O Mar Morto é, na verdade, um lago de água tão salgada que praticamente não permite a sobrevivência de nenhuma forma de vida. Ele retem toda água que recebe e, porque para de compartilhar vida, gera morte.

Você nasceu pecador!

O exemplo de Davi é suficiente para ilustrar o ensino bíblico de que o ser humano nasce pecador e o que isso significa. Após ter adulterado com Bate-Seba e providenciado a morte de Urias, seu marido (2Sm 11-12), o rei reconheceu que aquele não era apenas um ato, mas um reflexo de sua condição espiritual. No Salmo 51, ele expressou em forma de poesia o conhecimento revelado por Deus a partir daquela experiência: *“Eu nasci em pecado e em iniquidade me concebeu a minha mãe”* (Sl 51:5).

A Bíblia afirma que nascemos em “iniquidade” ou depravação (*lavon*), isto é: uma inclinação para o mal, uma incapacidade de evitar o mal, a natureza pecaminosa (Ef 2:3). O apóstolo Paulo ensinou que esta natureza espiritual foi transmitida dos nossos primeiros pais para toda a humanidade. Ele escreveu assim: *“Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim*

também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5:12). Já o apóstolo João ensinou, em sua primeira epístola que ninguém pode negar este estado (1Jo 1:8-10), mas se confessarmos nossa condição a Deus, o sangue de Jesus nos purifica desta tendência à maldade.

A consequência do pecado

Essa herança de Adão para os seus descendentes teve uma consequência. Em Romanos 6:23, o Paulo ensina que o pecado cobra o seu salário, ou seja, impõe uma consequência, que é a morte: *“porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor”*. A palavra que o apóstolo usa para pecado é *hamartia*, que significa errar o alvo. E foi isso mesmo que aconteceu.

O alvo da existência humana foi estabelecido por Deus. Todas as pessoas foram criadas para viverem direcionadas para a glória de Deus, ou seja, em sua presença santa e amorosa: *“todos os que são chamados pelo meu nome, e os que criei para minha glória, e que formei, e fiz”* (Isaías 43:7). Mas, em vez de adorá-lo como único Deus verdadeiro, o homem perdeu a comunhão com Ele e passou a viver em um estado de maldade que atingiu o seu ser e o levou a perder a capacidade de andar lado a lado com o Criador. A morte é essa separação entre o ser humano e Deus. A morte física é apenas consequência desta separação. Mas a consequência trágica da quebra desse relacionamento é a “morte espiritual”, que pode transformar-se em “morte eterna” caso a pessoa não se arrependa do estado de rebeldia e permaneça em desobediência e incredulidade. Quem morre fisicamente separado de Deus passará a eternidade neste estado de morte espiritual.

Esta má notícia, no entanto, não determina o fim da sua história. Se, por um lado, a morte é a trágica recompensa do pecado, Deus nos ofereceu um presente: a vida eterna em Cristo! Todos merecíamos apenas a morte, mas pela fé podemos receber vida. Na próxima lição veremos como Deus providenciou esta solução para o pecado.

QUESTÕES PARA REVISÃO

- 1) Segundo Salmos 51, o pecado é um comportamento ou um estado?
- 2) Qual a consequência do pecado?
- 3) O que devemos fazer quando pecamos?

A SOLUÇÃO PARA O PECADO

Após termos estudado sobre o problema do pecado e suas consequências, avançaremos em busca de uma melhor compreensão da solução para o pecado.

Encontramos na Palavra de Deus os fundamentos para a Doutrina da Salvação, que apresenta o ensino bíblico sobre o relacionamento que Deus quer ter conosco através da pessoa e obra de Cristo. Do início ao fim, a salvação pertence ao Senhor. Apesar da tragédia do pecado, Ele já havia decidido providenciar a solução. Interveio na história e assumiu o lugar do pecador na cruz. Portanto, a solução para o pecado é o amor eterno de Deus que foi plenamente manifesto na vida, na morte e na ressurreição de Jesus.

O amor de Deus pelos pecadores

Em Romanos 5:8 encontramos a afirmação desta verdade de forma simples e contundente: “Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores”. Mais uma vez a Bíblia enfatiza que a motivação de Deus para a salvação dos pecadores foi seu amor. Esse amor não poderia jamais ser merecido porque toda a humanidade estava perdida em um estado de rebeldia e desobediência. Com isso você pode compreender melhor o que significa graça, o favor imerecido de Deus por suas criaturas rebeldes e desobedientes. Ele as criou e sustentou sua descendência até o momento central da história quando foi oportuno realizar o seu plano eterno. Na cruz do calvário, provou seu amor agindo graciosamente em benefício de quem não merecia.

Contudo, o sacrifício de Cristo não é um fato que gera automaticamente a salvação. Se fosse assim, por um único ato ocorrido há dois mil anos, qualquer pessoa, mesmo sem saber o significado ou rejeitando o que foi oferecido a elas seriam salvas. O objetivo de Deus, que é um relacionamento eterno com o homem através de Cristo não poderia ser alcançado. As pessoas estariam unidas a Ele antes de serem

transformadas, sem o conhecerem e, pior, sem glorificá-lo. Vejamos o que a Bíblia diz: *“Pois também Cristo morreu, uma única vez, pelos pecados, o justo pelos injustos, para conduzir-vos a Deus; morto, sim, na carne, mas vivificado no espírito”*. (1 Pedro 3:18). A morte de Cristo é suficiente para a salvação de toda a humanidade por ser, com sua ressurreição, um evento único e irrepetível. Isso não significa, porém, que ela seja efetivada em todos de forma automática porque teve um objetivo muito bem definido: *“conduzir-vos a Deus”*. O relacionamento com Deus é o alvo da salvação, e, todo relacionamento envolve dois lados.

A fé salvadora

Da parte do ser humano, o que é necessário fazer para ter acesso ao perdão ofertado através do sacrifício perfeito de Jesus? Cada um de nós precisa responder ao chamado divino para a salvação. O profeta Isaías foi usado por Deus para chamar o povo de Israel ao arrependimento alertando sobre o juízo iminente contra a idolatria e a injustiça no meio do povo. *“Portanto, assim diz o Senhor Deus: Eis que eu assentei em Sião uma pedra, pedra já provada, pedra preciosa, angular, solidamente assentada; aquele que crer não foge”* (Isaías 28:16). A pedra angular, ou seja, a primeira e principal pedra de uma construção, é Cristo. Ele é o fundamento da salvação, como Pedro explicaria posteriormente citando o texto de Isaías (confira 1Pedro 2:1-10). Assim como no tempo do profeta e no início da igreja, hoje também é necessário crer que Deus providencia a solução para o pecado e o livramento diante do juízo. A expressão *“não foge”* significa *“não será abalado”* ou *“não será envergonhado”*. Para não ser condenado eternamente por um Deus Santo e Justo, a pessoa precisa crer que Jesus é a base para o seu relacionamento com Deus.

Paulo, quem penso ser a mente mais privilegiada da história, depois apenas de Jesus, já explicou esta doutrina de maneira definitiva em **Efésios 2:8-10** – *“Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas”*. Destaco apenas a expressão *“mediante a fé”*. Deus já fez tudo que é necessário para sermos salvos. Ele nos dá a salvação como um presente. Lembra do significado de graça? Pela fé, recebemos o que Ele fez em Cristo. E quanto às obras? Você poderia perguntar. Nossas obras são somente aceitas depois que cremos na obra que Deus

realizou na cruz, e, assim, passamos a praticar obras que já haviam sido preparadas por Deus para que vivêssemos de modo semelhante a Cristo.

A fé, e somente a fé, é o meio para recebermos a graça. Pense na fé como um instrumento. Ela é a “mão do mendigo” que se estende para receber o que lhe seja oferecido. O simples fato de estender a mão não garante nada. Mas a mão estendida leva a comida à boca ou o dinheiro ao bolso. Em Romanos 10:13, Paulo citou Joel 2:32 para ensinar que a salvação é recebida humildemente pela invocação da misericórdia de Deus: *“E acontecerá que todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo”*. A única chance de livramento diante do juízo futuro anunciado pelo profeta seria esse grito por socorro. O mesmo Deus que julgaria o povo por ser santo e justo, poderia socorrê-lo por ser imutável e amoroso. A fé salvadora é esta receptividade humilde, este reconhecimento da plena incapacidade de salvar-se que se expressa no clamor pela salvação.

A história da salvação

Afirmar que basta crer para receber a salvação causa estranheza e perplexidade em muitos. Há os que rejeitam o ensino de que a salvação é pela fé somente porque nutrem a expectativa de participarem ativamente do processo. Pensam que podem cooperar com Deus para a salvação através de obras, do próprio esforço, da justiça que pretensamente esperam produzir. Se este é o seu caso, convido-o a conhecer e meditar na história da salvação. Com esta revisão você certamente alcançará conforto no coração e descansará ao final na confiança de que Deus cumpriu todas as promessas de salvação e conduziu a história com este propósito.

Depois que Adão e Eva pecaram e morreram espiritualmente, Deus fez a promessa de realizar na história o seu plano eterno: *“E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar.”* (**Gênesis 3:15**). Esta promessa foi confirmada milênios depois pelo profeta Isaías: *“Portanto o mesmo Senhor vos dará um sinal: Eis que a virgem conceberá, e dará à luz um filho, e chamará o seu nome Emanuel.”* (**Isaías 7:14**). E o apóstolo Paulo ensinou às igrejas do primeiro século que esta promessa moveu a história sendo realizada na vida e obra de Cristo: *“Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei”* (**Gálatas 4:4**).

Abraão, o pai da nação de Israel, foi chamado para ser um canal da bênção da salvação para todas as nações. Ele mesmo creu na promessa de Deus e tornou-se o pai da fé: *“E creu ele no Senhor, e imputou-lhe isto por justiça.”* (**Gênesis 15:6**). A justiça foi imputada a Abraão, ou seja, transferida mediante um ato de fé e não por qualquer obra meritória que havia realizado. Abraão foi justificado pela fé. Esta foi a conclusão de Paulo: *“Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei”* (**Romanos 3:28**).

Conclusão

Ao concluirmos esta terceira lição, podemos resumir o nosso estudo até aqui em três verdades básicas a respeito da salvação:

- 1) a salvação é uma obra realizada por Deus;
- 2) a salvação é oferecida para todos;
- 3) a salvação é recebida pela fé.

A fé que recebe a justiça de Deus se manifesta em duas ações: primeiro, confessar Jesus como Senhor; segundo, crer que Deus o ressuscitou. Quando o crente confessa, está confirmando pessoalmente que acredita e declarando publicamente sua fé. Quando crê, demonstra convicção pessoal no fato central da sua fé. Paulo mostrou que essas duas ações revelam a fé salvadora, capaz de receber a justiça de Deus oferecida na cruz de Cristo: *“Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo”* (Romanos 10:9). Alguém já disse que essa distância entre o coração e a boca é mais difícil de se percorrer. Muitas pessoas se perdem exatamente nessa trajetória.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 4) Qual a solução divina para o pecado? (Romanos 5:8)
- 5) O que é fé salvadora? (Efésios 2:8-10)
- 6) Cite três versículos bíblicos que podem servir de resumo para a história da salvação (primeiro anúncio, confirmação da promessa e realização).

O BATISMO BÍBLICO

Nesta lição apresentaremos o conceito de batismo bíblico, as razões para uma pessoa ser batizada, exemplos de batismo no Novo Testamento e a forma de batismo que melhor comunica o seu significado, a imersão. Ao final deste estudo você conseguirá responder a uma pergunta muito simples: quem pode ser batizado? Quais os critérios que uma igreja deve considerar no momento de aprovar ou aceitar uma pessoa como membro através do batismo?

A origem do batismo

O batismo não tem origem na igreja cristã. Antes do surgimento do cristianismo já existia em várias culturas antigas diversos tipos de banhos rituais. Na história de Israel também encontramos esta prática. No livro de Levítico, por exemplo, existe a recomendação da purificação através da água. Ao consagrar Arão e seus filhos, Moisés os lavou com água (Lv 8:6). E no dia do sacrifício pelo povo, deveriam banhar-se (Lv 16:24). Já o leproso concluía seu processo de purificação com um banho (Lv 14:8).

Considerando que a formação deste povo se deu no deserto, esse tipo de prática tornou-se distintiva diante de outros povos e serviu como testemunho. Deus queria que o seu povo, liberto da escravidão do Egito, fosse santo, ou seja, separado dos demais e de qualquer impureza. O que, na prática, parece apenas regras de higiene, tornava-se um sinal de consagração do único povo de um Deus Único. Esta purificação foi relativizada ou abandonada ao longo da história.

No tempo de Jesus, houve um grupo que recuperou esta ênfase na purificação de forma mais radical, os Essênios. Eles acreditavam que não era mais suficiente a interpretação rigorosa da Lei ou mesmos os rituais e ofertas apresentados pelos sacerdotes no Templo. Para eles, a preparação para a vinda do Messias seria alcançada pelo retorno ao deserto.

João Batista, apresentado nos evangelhos como o precursor de Jesus, pode ter tido alguma relação com os essênios. Porém, diferentemente daquele grupo, o

batismo praticado por João não era um ritual que purificava por si mesmo. Antes de ser batizada, a pessoa demonstrava arrependimento e confessava os seus pecados (Mt 3:6). Por isso, ele recusou-se a batizar os fariseus e saduceus, membros das duas seitas judaicas mais importantes (Mt 3:7), mas de coração endurecido. João oferecia um batismo da consciência através do qual a pessoa entraria no Reino de Deus (Mt 3:2). Era a decisão final da pessoa. Um batismo definitivo na preparação para a chegada do Messias. A palavra usada em **Mateus 3:2** para arrependimento significa mudança de mente, pensar de maneira diferente.

No início do ministério de Jesus, portanto, o batismo já possuía natureza simbólica. Primeiro a pessoa passava por um “batismo” da sua consciência, o arrependimento, depois, descia às águas. Em **João 3:25** foi registrada uma discussão entre um representante dos judeus e os discípulos de João Batista acerca da purificação. Certamente os religiosos judeus não aceitavam que o batismo com base no arrependimento dispensasse a exigência da Lei sobre as cerimônias de lavagem com água.

Quando Jesus ordenou que os seus apóstolos fizessem discípulos e os batizasse, já estava consolidado que o batismo era um símbolo da purificação da consciência e do comprometimento radical com o Salvador. Esta atitude torna-se completa quando o novo discípulo deposita sua confiança no perdão dos pecados oferecido pelo sacrifício realizado pelo Salvador. A pregação de João Batista tinha como foco este sacrifício: *“No dia seguinte, viu João a Jesus, que vinha para ele, e disse: Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!” (João 1:29)*. O que purificava não era a água do Jordão ou os banhos cerimoniais do deserto e, sim, o sangue puro de Jesus que seria derramado na cruz.

A purificação dos pecados

O batismo bíblico é um testemunho da mudança de consciência e visão de mundo que ocorre quando a pessoa crê em Jesus como Salvador e confessa os seus pecados. Aprendemos em **Hebreus 10:11-12** que Jesus é a oferta definitiva para a purificação dos pecados: *“Ora, todo sacerdote se apresenta, dia após dia, a exercer o serviço sagrado e a oferecer muitas vezes os mesmos sacrifícios, que nunca jamais podem remover pecados; Jesus, porém, tendo oferecido, para sempre, um único sacrifício pelos pecados, assentou-se à destra de Deus”*. Na sequência, o autor da

epístola é ainda mais específico: *“Porque, com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados”* (Hb 10:18). Nada mais precisa ser acrescentado ou melhorado. Basta crer e receber! O batismo é o símbolo da purificação dos pecados realizada no ato da fé.

O apóstolo Paulo deu este testemunho em **Filipenses 3:8-9**. Ele considerava ter perdido tudo que antes possuía valor social ou religioso: sua ascendência familiar em Israel e sua formação espiritual respeitada entre os líderes da nação. E chegou a dizer que estes laços de sangue e posições na hierarquia religiosa eram como “esterco” (significado na palavra traduzida como “refugio”) — *“Sim, deveras considero tudo como perda, por causa da sublimidade do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor; por amor do qual perdi todas as coisas e as considero como refugio, para ganhar a Cristo e ser achado nele, não tendo justiça própria, que procede de lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus, baseada na fé”*. Notem que o mais importante neste testemunho é a afirmação de que a purificação dos pecados foi resultante da justiça de Cristo recebida por meio da fé somente.

Na prática pastoral, já constatei como facilmente as pessoas transferem para o batismo o poder de purificar pecados. Acredite! Antes de conhecerem o ensino bíblico, as pessoas que estão se preparando para o batismo dizem que após a cerimônia serão realmente salvas ou estarão unidas a Deus. Costumo brincar com elas mostrando que a água do batistério não contém nenhuma substância espiritual, apenas cloro. Se fosse diferente, e os pecados ficassem retidos na água, o pastor seria contaminado com os pecados de todos. Essa é uma forma descontraída que encontrei para ensinar que não faz sentido, pensando biblicamente, acreditar que a água lava dos pecados.

A verdadeira “lavagem espiritual” ocorre quando cremos em Jesus e recebemos o Espírito Santo, que efetua em nós *“o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo, que ele derramou sobre nós ricamente, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador”* (**Tito 3:5-6**). Na continuidade deste texto, Paulo diz que fomos “justificados pela graça” (v.7), ou seja: Deus aplica a justiça de Cristo e declara justo aquele que crê no seu sacrifício. No exato momento desta justificação, o Espírito santo regenera o crente, gera uma nova vida pela união espiritual com Cristo.

A cultura religiosa do Brasil é marcada por aquilo que os teólogos chamam de “regeneração batismal”, a crença de que uma criança levada pelos pais para ser batizada recebe a graça de Deus e deixa de ser pagã para tornar-se cristã. Ou, quando a pessoa adulta é mergulhada em um tanque por um pastor, está recebendo o perdão

dos pecados, uma bênção especial ou um poder mágico contra os espíritos malignos. Espero que tenha ficado claro até aqui que tanto o perdão dos pecados quanto a certeza de vida eterna dependem unicamente da graça divina que recebemos pela fé na vida e na obra de Cristo. Disto o batismo é apenas um símbolo.

Razões bíblicas para o batismo

As razões bíblicas para realizar o batismo são:

- (1) O batismo é uma ordenança do Senhor;
- (2) O batismo é um testemunho público de fé;

Ordenança é um mandamento do Senhor que deve ser obedecido de maneira representativa aos demais mandamentos. Diferente de sacramento, muito praticado no Brasil, tanto por católicos quanto por protestantes. Sacramento é um “meio de graça”, ordenança é uma ação simbólica, um mandamento que simboliza uma experiência anterior com a graça. A graça salvadora é recebida exclusivamente pela fé e não por qualquer ritual.

Além disso, este mandamento está associado à formação da igreja. Os novos discípulos, ao serem batizados, são incluídos em uma comunidade local. Uma vez inserida na igreja e tornando-se membro dela, a pessoa compromete-se também em alcançar outras com a mensagem do Evangelho e com o seu próprio testemunho.

O batismo é uma mensagem dramatizada. Ao ser batizada, a pessoa comunica, por esta ação simbólica, a sua identificação com Jesus e declara que Ele é Senhor e Salvador da sua vida. Trata-se, portanto, de um testemunho público de fé e vida. Diferente dos essênios, que batizavam secretamente seus adeptos, o batismo neotestamentário é um ato público onde familiares e amigos podem conhecer o nível de compromisso assumido. Um único gesto capaz de dizer a todos que o crente é uma nova criatura comprometida a viver como discípulo de Cristo.

Estas duas razões encontram base nas palavras de Jesus e na experiência da igreja do Novo Testamento. Vejamos alguns textos bíblicos:

Marcos 16:15-16

“E disse-lhes: Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado”.

Observe a sequência: crer e ser batizado. Aquele que crê é salvo através da fé, com a qual recebe a salvação. Este crente deve ser batizado, isto é: deve obedecer a Cristo. A condenação é para quem não crê. Jesus não disse que aquele que deixa de ser batizado está sob condenação. Contudo, embora o batismo não salve, o salvo deve ser batizado.

Mateus 28:19-20

“Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século”.

Este texto é conhecido como a Grande Comissão porque apresenta de forma mais completa as ordens finais de Jesus aos seus apóstolos antes da Sua ascensão ao céu. A necessidade de batizar surgiria naturalmente no contexto do imperativo de “fazer discípulos”. Diante da pregação do evangelho, pessoas de diferentes origens étnicas e culturais assumiriam o compromisso de servir a Cristo. Estas pessoas deveriam ser batizadas após declararem a sua fé. Assim, fariam parte de um corpo local de discípulos. Uma igreja local pode ser identificada e tornar-se visível através do batismo.

Atos 2:37-38

“Ouvindo eles estas coisas, compungiu-se lhes o coração e perguntaram a Pedro e aos demais apóstolos: Que faremos, irmãos? Respondeu-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo”.

A igreja nasceu quando o Espírito Santo foi derramado na Festa de Pentecostes. Ao grupo de apóstolos somava-se aproximadamente cento e vinte pessoas (At 1:15). Pedro proferiu o primeiro sermão explicando o fenômeno que havia causado tanta admiração. Os discípulos haviam falado em outros idiomas, como o cumprimento da profecia de Joel 2:28-32. Diante daquele sinal claro da messianidade de Jesus, houve uma conversão em massa. A instrução apostólica para quem decidiu também ser discípulo foi coerente com a de João Batista e do próprio Senhor: *“Arrependei-vos, e cada um seja batizado”.*

A formação da igreja local de Jerusalém foi um resultado da pregação do Evangelho e da conversão genuína de pessoas que não esboçaram nenhuma resistência em serem batizadas. Lucas, autor do livro de Atos, registra de forma bem objetiva que a igreja foi formada por pessoas regeneradas e bíblicamente batizadas: *“Então, os que lhe aceitaram a palavra foram batizados, havendo um acréscimo naquele dia de quase três mil pessoas”* (At 2:41). O número pode impressionar e as condições não se repetirão, mas o padrão bíblico não muda: “credobatismo”, isto é, batismo de crentes.

Lucas 3:8a;10

“Produzi, pois frutos dignos de arrependimento (...) Então, as multidões o interrogavam, dizendo: Que havemos, pois, de fazer?”

Esta associação entre batismo e testemunho praticada na igreja primitiva já estava presente no ministério de João Batista. Ele instruía os candidatos ao batismo a demonstrarem a transformação na consciência através de atitudes específicas. Todos deveriam repartir roupas e alimentos, viver com honestidade e não maltratar ninguém. O testemunho público de fé produzido pelo batismo não era apenas verbal, muito menos teatral. A pergunta sobre *em quem crer* vinha acompanhada por uma implicação: *o que devemos fazer?*

Exemplos de batismo no Novo Testamento

O batismo de Jesus — Mateus 3:13-17

Se o batismo de João era um testemunho de arrependimento e confissão de pecados, por que Jesus foi até ele para ser batizado? Jesus não precisava confessar pecados, porque ele simplesmente nunca pecou. Mas, decidiu ser batizado para confirmar que a mensagem pregada por João Batista era aprovada por Deus e para dar exemplo aos discípulos sobre a necessidade de compromisso radical e final com o Reino de Deus. O Senhor autenticou o ministério de João e, em simultâneo, identificou-se com todos os que humildemente querem fazer a vontade de Deus.

Por tão significativo que foi o batismo de Jesus, aprendemos também com o seu exemplo que:

- 1) Somente adultos devem ser batizados (por adultos concebemos as pessoas capazes de tomarem a decisão conscientemente, mesmo que sob autorização dos pais; como acontece com o casamento para menores de 18 anos no Brasil).
- 2) Como Jesus não precisava de purificação dos pecados, seu batismo prova a natureza simbólica desta ordenança — *“Sabeis também que ele se manifestou para tirar pecados, e nele não existe pecado”* (1Jo 3:5)

O batismo do Eunuco — Atos 8:26-40

O eunuco etíope ocupava um importante cargo junto a Candace, rainha dos etíopes. Ele era um prosélito judeu, ou seja, um estrangeiro convertido ao judaísmo. Na volta para casa, estava especialmente interessado nas profecias messiânicas e lia o rolo de Isaías, mais especificamente Isaías 53:7-8. Felipe havia sido enviado por Deus para evangelizar aquele homem e explicou que o profeta se referia a Jesus, o Servo Sofredor de Deus que veio para redimir o Seu povo e toda a humanidade. Quando o ensino chegou ao ponto de esclarecer sobre a necessidade de batismo, o próprio eunuco apontou para a praia e perguntou se havia impedimento para que fosse batizado, já que havia água em abundância no Mar Mediterrâneo.

A resposta de Felipe confirma o ensinamento muito precioso sobre o batismo bíblico: apenas uma pessoa adulta, consciente do seu próprio pecado e capaz de confessar publicamente Jesus como Salvador e Senhor, pode ser batizada. Foi a uma pessoa nesta condição que Felipe disse: *“É lícito, se crês de todo o coração”*. E o batismo aconteceu, então, depois da declaração pessoal e pública de fé: *“E, respondendo ele, disse: Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus”* (Atos 8:37).

Batismo: forma e significado

Existe uma forma que traduz e comunica melhor o significado do batismo e essa forma é a imersão ou mergulho. A palavra batismo não foi traduzida para o português e, sim, transliterada; usaram-se as letras do nosso alfabeto para indicar os sons da língua grega. O significado dessa palavra é mergulho ou imersão (βaptizw – Mt 3:11,13s dá origem ao substantivo βαπτισμα – Mt 3:7, que veio a ser transliterado para Batismo).

O ato de batizar por imersão é uma dramatização ou mensagem encenada do que o batismo representa: morte, sepultamento e ressurreição. João Batista batizava por imersão – *“Ora, João estava também batizando em Enom perto de Salim, porque ali havia muitas águas”* (João 3:23). Desta ação simbólica, o apóstolo Paulo extraiu o ensino sobre o significado da experiência de salvação:

Romanos 6:4 – *“Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida”*.

Colossenses 2:12 – *“tendo sido sepultados, juntamente com ele, no batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos”*.

CONCLUSÃO

A esta altura do nosso curso, creio que você já pode fazer uma avaliação pessoal sobre a obediência a esta ordenança do Senhor, o batismo bíblico. Nada impede que você continue estudando, caso ainda não tenha chegado o tempo oportuno para este novo compromisso. Registramos, porém, nosso incentivo para que seja em breve este importante passo.

Se resta alguma dúvida sobre quem pode ser batizado, agora podemos responder mais diretamente: o batismo é para crentes! Se você crê que Jesus Cristo é o seu único e suficiente Salvador e Senhor, que Ele já lhe concedeu perdão dos pecados e vida eterna, então, o batismo será um símbolo da sua fé. O batismo também tem como requisito o compromisso da pessoa em testemunhar essa mudança de vida a partir da sua fé pessoal. Cabe à igreja local aceitar esse testemunho, examinando se o estilo de vida condiz com aquilo que ela recebeu no ensino e se o seu compromisso de vida já é resultado de uma mudança interior. Espera-se *“frutos dignos de arrependimento”*, como João Batista dizia, que deveriam ser produzidos depois que a semente do Evangelho começasse a germinar e a gerar transformação interior.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) O batismo nas águas purifica pecados? (Tito 3:5-6)
- 2) Cite duas razões bíblicas para o crente ser batizado (Mateus 28:19-20
Atos 2:37-38)
- 3) Quem pode ser batizado? (Atos 8:37)
- 4) Qual a forma bíblica do batismo e qual o seu significado? (Romanos 6:4)

A CEIA MEMORIAL

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a Ceia Memorial deve começar com a pergunta sobre a presença de Cristo na igreja e na vida do cristão. O Senhor prometeu que estaria com os seus discípulos *“todos os dias, até a consumação dos séculos”* (Mateus 28:20). Como, então, podemos ter certeza desta presença? Outro aspecto importante deste estudo é a origem da Ceia Memorial e sua relação com a Páscoa Judaica. Depois analisaremos os elementos da Ceia e quais os seus significados. Por último, trataremos sobre a prática da Ceia do Senhor, as orientações práticas e os ensinamentos específicos do apóstolo Paulo em 1 Coríntios.

A presença de Jesus na igreja

Jesus prometeu que estaria presente na vida da igreja ao longo da história. Como essa promessa foi cumprida? Biblicamente podemos afirmar que essa presença não é mais física. Trata-se de uma presença espiritual, através do Espírito Santo. Houve um grande equívoco na história da igreja, especialmente no sistema católico de pensamento, ao ensinar que os sacramentos são a continuidade do corpo físico de Cristo na vida da igreja.

Os teólogos católicos associam, equivocadamente, o dogma da encarnação com o sacramento da eucaristia. Ou seja: Jesus era Deus encarnado e, desde que ressuscitou e subiu ao céu, decidiu permanecer “escondido” na hóstia e no vinho. Este ensino não é bíblico. Jesus não disse isso quando prometeu que estaria presente na igreja. Quero convidar você, então, a analisarmos textos bíblicos como provas de que a presença de Jesus é espiritual, em toda a vida da igreja e não somente na celebração da Ceia.

Em Mateus 18:20 lemos: *“Porque, onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles”*. Jesus prometeu que estaria presente e sabemos que a sua palavra é infalível. Resta saber, então, como Ele se faz presente hoje. No mesmo evangelho de Mateus temos esta promessa: *“E eis que estou convosco todos os dias*

até à consumação do século” (Mt 28:20). Isso significa que a presença seria contínua, mas não necessariamente física. O contexto desta promessa é da ascensão do Senhor. Em Atos dos Apóstolos, Lucas registra que *“foi Jesus elevado às alturas, à vista deles”* (At 1:9). Enquanto os apóstolos ainda olhavam para o céu, apareceram anjos que disseram: *“Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu virá do modo como o vistes subir”* (At 1:10b-11). A igreja ainda aguarda a volta corporal de Jesus quando o Seu reino será consumado. Só então desfrutaremos da Sua presença física novamente.

Mas a questão persiste: se Jesus não pode mentir e ele prometeu que permaneceria com a igreja, como essa presença pode ser experimentada? A resposta está no ensino do próprio Senhor sobre o envio do Espírito Santo. Em João 14:16-17 Jesus fala com uma clareza impressionante: *“E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco, o Espírito da verdade, que o mundo não pode receber, porque não no vê, nem o conhece; vós o conheceis, porque ele habita convosco e estará em vós”*. Além de dar continuidade ao ministério de Jesus junto à igreja, o Espírito habitaria nos discípulos. Pai, Filho e Espírito Santo são o mesmo Deus; três pessoas distintas em uma única essência. O Espírito Santo é o Espírito de Cristo.

Em Atos 7:55-56, Estevão foi agraciado por Deus no momento do seu martírio com uma visão. Lucas registrou assim as suas palavras: *“Eis que vejo os céus abertos e o Filho do Homem, em pé à destra de Deus”*. Estevão viu Jesus em pé à destra de Deus, com o seu corpo no céu. Esse é um mistério da fé. O erro está em afirmar que a onipresença de Deus conferiria a Jesus a capacidade de estar no céu e no altar onde se celebra uma missa. Jamais duvidaríamos da onipresença divina, mas a Bíblia não ensina a presença real de Jesus na ceia. No período que vai da ascensão até a volta de Cristo, a Sua presença na igreja se dá através do Espírito Santo.

A origem da Ceia Memorial

A Ceia Memorial foi instituída pelo próprio Cristo na última festa da Páscoa que celebrou com os apóstolos. Aquela celebração judaica oferecia o contexto ideal para que a igreja recebesse esta ordenança. Na antiga aliança o cordeiro ocupava o lugar principal da cerimônia. Na nova aliança, Jesus se revelou como o Cordeiro de Deus (Jo 1:29). Paulo foi bem específico ao afirmar que Cristo é o nosso “Cordeiro pascal” (1Co 5:7). Chamamos a Ceia de “memorial” por se tratar do memorial da morte do Senhor

e por ter sido ordenada por Ele para ser celebrada em Sua memória: *“fazei isto em memória de mim”* (Lc 22:19).

Os estudiosos concordam que esta é a cerimônia mais antiga da História. Êxodo 12:24-28 descreve a instituição da Páscoa no contexto da libertação do Egito e da última das dez pragas. O sentido está na redenção ou resgate. Israel era escravo de Faraó e foi “comprado” por Deus. O preço dessa libertação foi a vida dos primogênitos. Naquele ato final de libertação, o coração de Faraó estava endurecido.

Quando Deus cumpriu o seu juízo sobre o Egito, morreu inclusive o filho do Faraó, que era considerado um deus na terra. Deus mostrou ser o único Deus. Moisés e Arão instruíram o povo de Israel a que sacrificasse um cordeiro, reunisse a família e marcasse a casa com o sangue daquele animal. Enquanto os filhos dos egípcios foram mortos, os filhos dos hebreus foram resgatados pelo sacrifício de um cordeiro. Israel passou a ser o primogênito de Deus.

Em Lucas 22:7-8 encontramos a narração dos preparativos realizados pelos apóstolos para mais uma Páscoa. Reunido com os discípulos pela última vez antes da sua morte, após tomar um pão e ter dado graças, Jesus faz a revelação principal desta ordenança: *“Isto é o meu corpo oferecido por vós; fazei isto em memória de mim”* (Lc 22:19). De forma semelhante, declara sobre o cálice: *“Este é o cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós”* (Lc 19:20). O cordeiro da antiga Páscoa apenas apontava para Cristo. Na nova aliança, o conceito de redenção foi ampliado para toda a humanidade e Jesus, o Filho Eterno de Deus, ofereceu-se em lugar de pecadores. Este verdadeiro sentido esteve oculto dos judeus por milênios.

O autor aos Hebreus explica que Jesus era, a um só tempo, o sumo sacerdote perfeito que se ofereceu a si mesmo: *“porque fez isto uma vez por todas, quando a si mesmo se ofereceu. Porque a lei constitui sumos sacerdotes a homens sujeitos à fraqueza, mas a palavra do juramento, que foi posterior à lei, constitui o Filho, perfeito para sempre”* (Hb 7:26-27). Nesta mesma epístola somos lembrados de que o único altar do cristianismo é o Calvário: *“Por isso, para santificar o povo por meio do seu sangue, Jesus também sofreu fora da porta da cidade. Saímos, pois, até ele, fora do acampamento, levando a afronta que ele sofreu”* (Hb 13:12-13).

Contraditoriamente, o altar no qual o sacrifício definitivo foi apresentado estava fora da porta, fora dos muros, fora do arraial. Era um lugar de vergonha, associado à morte, por conter uma pilha de crânios ou por se assemelhar a uma caveira. Esse altar

indigno e desprezível foi o lugar onde o nosso Salvador foi oferecido e recebido por Deus, aceito como puro e agradável. Vamos a este lugar, pela fé, toda vez que confessamos nossos pecados. Lá somos perdoados. Nenhum sacrifício precisa ser repetido. Isso seria blasfêmia. Tudo que Deus faz é perfeito.

Os judeus negam até hoje a divindade de Jesus e a validade do Seu sacrifício. Rejeitam veementemente que Cristo seja maior que a Lei e seus sacrifícios. Muito menos que ele seja a realização plena de toda a esperança que eles conheceram apenas ilustrativamente no Antigo Testamento. Por outro lado, os católicos transformaram um ritual no centro da sua fé e adoram elementos simbólicos que apenas representam e comunicam o sacrifício de Cristo. No sistema católico de doutrina, Jesus supostamente continuaria sendo sacrificado toda vez que uma missa fosse celebrada. Pelo contrário, a Bíblia ensina que Ele realizou um sacrifício perfeito com efeito eterno. Dizer que Jesus precisa, toda vez que a igreja se reúne, morrer de novo fisicamente, não tem nenhum respaldo na Palavra de Deus.

Os elementos da Ceia - Pão e Vinho

A Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira define a Ceia do Senhor como *“uma cerimônia da igreja reunida, comemorativa e proclamadora da morte do Senhor Jesus Cristo, simbolizada por meio dos elementos utilizados: O pão e o vinho”*. Nesta mesma declaração, somos lembrados de que a Ceia, juntamente com o Batismo, é ordenança e não sacramento, ou seja, possui natureza simbólica. A presença de Jesus nos elementos não é física, não há mudança na substância nem é diferente de outros momentos da vida da igreja. A celebração apenas representa a comunhão da igreja com Cristo e entre os irmãos.

Podemos conferir este ensino em dois textos bíblicos principais:

Mateus 26:26-28

“Enquanto comiam, Jesus tomou o pão e, abençoando-o, o partiu e o deu aos discípulos, dizendo: Tomai, comei; isto é o meu corpo. E tomando um cálice, rendeu graças e deu-lho, dizendo: Bebei dele todos; pois isto é o meu sangue, o sangue do pacto, o qual é derramado por muitos para remissão dos pecados”.

Destacamos deste primeiro texto as expressões “isto é o meu corpo” e “isto é o meu sangue”. Na história da igreja cristã estas palavras de Jesus têm sido interpretadas

como a instituição de um mistério. O Senhor estaria dizendo que, após a sua morte e ressurreição, passaria a fazer-se presente entre os seus discípulos quando esta celebração fosse repetida. Haveria uma mudança na substância do pão e do vinho de modo que a matéria dos elementos seria preservada, mas o corpo e o sangue estariam presentes, mesmo que em oculto. Muita especulação filosófica foi investida nessas interpretações. Abandonou-se a leitura natural do texto pretendida por Jesus e pelo evangelista.

Como as palavras foram pronunciadas antes da morte do Senhor, os apóstolos entenderam que Jesus não ocupou os elementos, pois estava ali diante deles. Eles não tiveram dúvida de que se tratava de um significado futuro. Foi uma profecia, uma promessa. Hoje, nosso olhar é retrospectivo, mas o entendimento é o mesmo: os elementos são símbolos que anunciam a morte substitutiva de Jesus na cruz. Naquele contexto imediato, era um prenúncio do fato salvífico. Agora, um anúncio do fato consumado.

João 6:35; 53

“Declarou-lhes Jesus. Eu sou o pão da vida; aquele que vem a mim, de modo algum terá fome, e quem crê em mim jamais terá sede”.

“Disse-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: Se não comerdes a carne do Filho do homem, e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós mesmos”.

Esta é outra passagem interpretada literalmente e fora do contexto. Muitos precipitadamente defendem que Jesus condicionou a salvação aos atos de comer sua carne e beber seu sangue. Isso até rendeu a crítica de canibalismo aos primeiros cristãos. A própria perseguição por esse motivo seria uma prova de que a igreja interpretava dessa maneira os textos desde então? Outros argumentam que João não fez nenhum registro da Ceia no cenáculo e teria inserido a instituição do sacramento neste relato (capítulo 6) da multiplicação dos pães e peixes.

Embora reconheçamos que esse tema nunca foi alvo de consenso, podemos recorrer ao contexto mais amplo do Evangelho de João para insistir que não se deve interpretar literalmente todas as palavras de Jesus em um escrito tão marcado pela linguagem dos símbolos. Se fosse assim, poderiam existir cerimônias para beber a

“água viva” (Jo 4:10), entrar pela “porta das ovelhas” (Jo 10:9) ou ainda para o enxerto do cristão em uma “videira” (Jo 15:5).

Apesar de explorar como ninguém a riqueza dos símbolos, Jesus não confundiu os seus ouvintes. “Ir até Ele”, “comer a sua carne” ou “beber o seu sangue” são sinônimos para “crer em mim”. O convite é para crer e não para participar de um ritual. Seu apelo é para a fé e a vida no Espírito: *“O espírito é o que vivifica, a carne para nada aproveita; as palavras que eu vos tenho dito são espírito e são vida. Mas há alguns de vós que não creem”* (Jo 6:63;64a). Note agora a explicação que João inseriu ao narrar este ensino de Jesus: *“Pois Jesus sabia, desde o princípio, quem eram os que não criam, e quem era o que o havia de entregar”*. (Jo 6:64b). O Mestre sabia que estava diante de descrentes mesmo dentro do corpo apostólico.

Imagine se passaria pela mente do Senhor uma pessoa descrente ser salva meramente pelo ato mecânico de comer uma fração de pão ou tomar um gole de vinho. Aliás, se assim fosse, somente o sacerdote católico, atualmente, receberia a salvação completa, uma vez que apenas ele participa dos dois elementos. Essa leitura é tão absurda que justificaria a certeza de vida eterna para quem participasse uma única vez da cerimônia: *“Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia”* (Jo 6:54). Definitivamente, este nunca foi o ensino do Novo Testamento. O convite de Jesus sempre foi para cremos dEle e vivermos a partir desta fé. Assim como o pão e o vinho nutem fisicamente, a presença de Jesus através do Espírito Santo nutre espiritualmente o crente.

A prática da Ceia do Senhor

Confirmando biblicamente que não há necessidade de qualquer mudança na substância dos elementos e que pão e vinho permanecem inalterados, apenas representando corpo e o sangue, avancemos para a parte prática da celebração. Quem pode participar? Quais os critérios? Qual a ordem?

A participação na Ceia pressupõe o batismo bíblico. O batismo significa inserção na igreja. Quando a pessoa é batizada torna-se membro de uma igreja, um corpo local. Os novos membros de uma igreja local devem ser identificados pelo batismo: *“Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”* (Mt 28,19-20).

O critério para a participação na celebração é que o membro da igreja faça um exame da consciência, especialmente se ele consegue discernir o que é ser igreja. A Ceia é uma ordenança que implica no compromisso de vida com a memória que está sendo celebrada. Jesus morreu e exige do discípulo, então, toda sua vida. Participar da Ceia é dar testemunho do compromisso com Cristo até que Ele venha.

Antes de falar especificamente sobre a prática da Ceia, Paulo instruiu os crentes de Corinto sobre o seu significado. O apóstolo ensinou que esta ordenança é uma celebração da igreja reunida, da comunhão que a igreja mantém através do relacionamento de cada um de seus membros com Cristo. Quem participa dessa comunhão é o discípulo que se identifica através do batismo: *“Porventura o cálice de bênção que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos, não é porventura a comunhão do corpo de Cristo? Pois nós, embora muitos, somos um só pão, um só corpo; porque todos participamos de um mesmo pão”* (1 Coríntios 10:16-17).

Pessoas de outras igrejas podem participar da celebração da Ceia na igreja local. Elas devem ser advertidas sobre o mesmo critério geral: exame pessoal da consciência e comunhão com a sua igreja, de onde está distante naquele momento. Saberemos que aquela igreja está unida a nós pela mesma fé se ela proclamar Jesus Cristo como único e suficiente Salvador e a Bíblia como Palavra de Deus e única norma para a vida. Esta forma de celebração não seria restritiva, impedindo que irmãos de outras igrejas evangélicas participem, nem livre a ponto de incluir quem não seja batizado ou não esteja em comunhão com uma igreja local.

Finalizamos esta lição com o texto mais didático para entender como uma igreja celebrava a Ceia no primeiro século: **1 Coríntios 11,23-30**.

Uma pessoa autorizada pela igreja local, que normalmente escolhe o seu pastor para este ofício, deve liderar a celebração. Esta pessoa deve fazer referência à última ceia de Jesus com os apóstolos e das suas palavras naquele momento de instituição da ordenança (*“que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído”*). O primeiro elemento, que é o pão, será distribuído e dele todos os participantes poderão comer (*“Isto é o meu corpo que é por vós”*). O ambiente será de reverência, mas não de superstição. A solenidade da memória do sacrifício de Cristo associa-se com a exultação da certeza de sua Segunda Vinda. Logo após, o cálice, símbolo da nova aliança, também é compartilhado a todos – *“Semelhantemente também, depois de cear, tomou o cálice”* (não só o ministro ou aquele que estiver presidindo deve participar).

A frequência da celebração da Ceia deve encontrar um ponto de equilíbrio entre a banalização e a negligência. Nem todo dia, para não perder a reverência, nem com um prazo tão longo a ponto de negligenciar a ordenança (*“fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim”*). A celebração em frequência mensal contempla este equilíbrio.

CONCLUSÃO

A ceia é um memorial da morte do Senhor. Deve ser celebrada com a igreja reunida, de maneira comemorativa e proclamadora, porque devemos anunciar a morte do Senhor até que Ele venha. Juntamente com o batismo, a Ceia Memorial é uma das duas ordenanças da igreja. Ordenanças são mandamentos que devem ser obedecidos de maneira ritual, por serem símbolos da obediência a todos os outros mandamentos. São especiais porque, de alguma forma, resumem toda a natureza da igreja e toda a mensagem que ela compartilha. O batismo comunica a conversão, a morte para o pecado e a ressurreição com Cristo. A Ceia, que esse discípulo foi inserido numa igreja local e faz parte dessa comunhão que existe para anunciar o sacrifício de Cristo.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) Como Jesus se faz presente hoje na igreja e na vida do cristão (João 14:16-17)?
- 2) Com que festa judaica está associada a Ceia Memorial (Lucas 22:7-8)?
- 3) Qual o significado e como devemos celebrar a Ceia Memorial (1 Coríntios 11,23-30)?

A IGREJA DE DEUS

INTRODUÇÃO

Nesta lição estudaremos sobre a doutrina da igreja. Já sabemos que igreja não é o templo, uma instituição ou organização social. Devemos agora buscar o entendimento bíblico da palavra e do conceito de igreja. Interessa também refletir sobre as características da igreja verdadeira e suas funções básicas. Consideramos importante ainda tratar a questão da autoridade, ou seja, quem governa a igreja.

A igreja – sua definição

A palavra igreja era usada pelos gregos para se referir à assembleia dos cidadãos que se reuniam para tomar decisões acerca do destino da *pólis*, a cidade. Quando Mateus usou esta palavra pela primeira vez no Novo Testamento, tinha em mente o conceito judaico de “comunidade do povo de Israel”. Ele deve ter empregado o termo em aramaico e depois traduzido para o grego. Veja a seguir dois textos onde a palavra igreja aparece destacada nas línguas originais:

“Que o exaltem na assembleia (*qahal*, no hebraico) do povo e o louvem na reunião dos líderes” (Salmos 107:32).

“E eu lhe digo que você é Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja (*ekklesia*, no grego), e as portas do Hades não poderão vencê-la” (Mateus 16:18).

Tanto *qahal* quanto *ekklesia* podem ser traduzidas por assembleia ou congregação. Este é o sentido original da palavra “igreja”. A comunidade de Israel se reunia quando convocada por Deus para receber direção espiritual. Os cidadãos gregos se reuniam na praça para decidir a direção política da cidade.

Outro aspecto desta palavra no grego é a sua composição: ek – para fora; klesia – chamar. Comunica o sentido de “chamados para fora”. Ser igreja é ser chamado para fora do mundo e do pecado para expandir o Reino de Deus. É neste sentido que o apóstolo Paulo usa a expressão: “à igreja de Deus que está em Corinto” (1Co 1:2).

Definimos igreja como “uma comunhão local de pessoas regeneradas e biblicamente batizadas”.

“Comunhão” - porque a igreja é composta de pessoas em relacionamento com Cristo e umas com as outras. Ninguém é igreja separado da interação com os irmãos.

“Local” - porque o corpo de Cristo na face da terra é reconhecido ou se torna visível numa determinada comunidade. Na maior parte das vezes que a palavra igreja aparece no Novo Testamento está no sentido local. As novas igrejas surgiram com pessoas evangelizadas que formavam uma igreja e dali saíam como missionários. A ideia de igreja local prevalece, muito embora exista o sentido geral, que não é visível, não tem uma forma institucional e só se torna visível através de uma comunidade de crentes.

“Pessoas regeneradas” - porque devemos receber o testemunho de conversão daqueles que voluntariamente decidam fazer parte da igreja de Cristo, dando a sua profissão de fé, dizendo que foi transformada pelo Espírito Santo e, agora, é uma nova criatura.

“Biblicamente batizadas” - porque o batismo é o símbolo desta experiência de salvação e necessário para identificar quem são os membros da igreja local.

Alguns textos bíblicos vão servir de base para essa definição que acabamos de apresentar:

Em **1 Coríntios 12:2**, Paulo ensina que “assim como o corpo é uma unidade, embora tenha muitos membros, e todos os membros, mesmo sendo muitos, formam um só corpo, assim também com respeito a Cristo”. A igreja é a comunhão do corpo de Cristo, pessoas ligadas a Cristo e, por isso, ligadas umas às outras.

Atos 9:31 mostra o quadro geral formado pelas igrejas locais: “Assim, a igreja tinha paz por toda a Judeia, Galileia e Samaria, edificando-se e caminhando no temor do Senhor; e, no consolo do Espírito Santo, crescia em número”. Quando o Novo Testamento fala da igreja no sentido geral, se refere a uma comunhão mais ampla, e até mundial, formada por redes de igrejas locais. Não há contradição entre a ideia de igreja geral e igreja local; esta integra e manifesta aquela.

Erra quem olha para a diversidade de igrejas evangélicas e se refere a um fenômeno tão complexo como “a igreja evangélica”. No caso Batista, não existe a Igreja Batista no Brasil. A Primeira Igreja Batista em Divinópolis, por exemplo, é uma

igreja local que coopera com outras nove mil, no âmbito da Convenção Batista Brasileira, a primeira organização cooperativa de igrejas batistas do país. As igrejas batistas são autônomas, democráticas e locais. O governo delas é realizado pelos seus membros ou representantes. Aprendemos isso com a leitura natural do Novo Testamento e da história das igrejas do primeiro século.

A igreja verdadeira - características e funções

Biblicamente, a igreja verdadeira possui, pelo menos, quatro características:

1) A Bíblia é sua única regra de fé e prática;

Nenhuma tradição humana ou experiência pessoal pode guiar as decisões de uma igreja. A Palavra de Deus é suficiente e útil para servir como a sua constituição (2Tm 3:16-17).

2) Jesus Cristo é o seu único e suficiente Salvador e Senhor;

Nenhuma pessoa ou ser espiritual é capaz de ocupar a posição de corredentor, ou auxiliar do Salvador. A autoridade de Cristo é suprema (Ap 5:13).

3) Necessidade de testemunho pessoal de conversão e vida santa;

Ninguém deve ser considerado membro da igreja sem se comprometer publicamente com o Evangelho e sem demonstrar os frutos do encontro pessoal com Cristo. Também não deve permanecer como membro sem se submeter à disciplina da igreja (Tt 2:11-14).

4) Novas igrejas nascem da obra missionária mundial;

Nenhuma instituição ou pessoa recebeu o poder para gerar igrejas. Igreja não é empresa nem projeto pessoal (At 1:8). Igrejas verdadeiras nascem da evangelização. Quando a evangelização em um determinado contexto se depara com uma fronteira, surge a obra missionária, que ultrapassa barreiras e planta igrejas ao redor do mundo.

A igreja também deve ser pensada na perspectiva das suas funções básicas:

1) Igreja existe para adorar a Deus e torná-lo conhecido

Adoração está intimamente ligada com a missão da igreja. Ela foi constituída pelo chamado de Deus para se reunir, adorar e expandir o seu reino. Não podemos

separar adoração e missões. Saímos pelo mundo e espalhamos a semente do evangelho para todas as pessoas porque cremos que existe um único Deus vivo e verdadeiro. Ele é digno de ser adorado e as pessoas precisam saber que esse Deus as chama para a salvação mediante a fé no seu Filho Eterno.

2) Igreja existe para a vida em comunhão e o serviço

A comunhão é uma das funções básicas da igreja. Pessoas salvas são unidas em Cristo para servirem juntas. Convivem e aprendem, compartilham a vida e são capacitadas pelo Espírito Santo com dons e poder espiritual para desenvolverem esse serviço.

3) Igreja existe para ensinar Cristo, a Verdade

Cristo é o fundamento da igreja e ela precisa mergulhar profundamente no conhecimento dEle, aplicando essa verdade a todas as dimensões da nossa vida. Este ensino deve ser praticado com palavras e ações. A igreja recebeu a mensagem da salvação e deve encarná-la, dramatizá-la, transformá-la em um estilo de vida.

O governo da igreja

As igrejas do Novo Testamento praticavam um governo congregacional, ou seja, a própria assembleia de membros, dirigida pelo Espírito Santo, decidia sobre as questões que surgiam em cada contexto. Um exemplo desse modelo está em **Atos dos Apóstolos 6:1-7**.

Diante de um conflito envolvendo a distribuição diária de alimentos, a questão chegou aos doze apóstolos. Eles convocaram a comunidade dos discípulos e apresentaram o seguinte parecer: “Não é razoável que nós abandonemos a palavra de Deus para servir às mesas. Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço; e, quanto a nós, nos consagraremos à oração e ao ministério da palavra” (At 6:2b-4). Lucas conclui o relato informando que o “parecer agradou a toda a comunidade” (v.5). Todos participaram da decisão em assembleia e não existia uma hierarquia de poder, apenas funções específicas para apóstolos e diáconos.

Constatamos assim que não há base bíblica para acreditar que exista uma pessoa, supostamente sucessora de Cristo, que sirva de ponto de ligação entre a

autoridade do Senhor e a liderança da igreja. A ideia de pontificado, fazer uma ponte entre o céu e a terra, não encontra fundamento na Palavra de Deus. O que veio a ser chamado de papado teve início a partir do século IV, quando o imperador Constantino promoveu a união entre a Igreja e o Estado. A política dominou a igreja.

Os católicos romanos lançam mão de textos bíblicos específicos para justificarem a sucessão de Cristo por Pedro e a posição de Pedro como primeiro Papa. O mais conhecido destes textos é **Mateus 16:13-20**, que já estudamos em um tópico especial na revista sobre o Evangelho de Mateus. Ali explicamos que, mesmo para estudiosos evangélicos que admitem que Pedro é a “pedra”, o contexto é de confissão da revelação divina sobre a identidade de Jesus e não de instituição do papado.

Pedro, foi o primeiro a confessar: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (Mt 16:16). Tanto em João 21:15-19 quanto em Atos 2:14-36 também constatamos a liderança de Pedro sobre a igreja nascente. Contudo, em Atos 15:7, o próprio apóstolo explica que sua missão estava relacionada à abertura das portas da evangelização: “Depois de muita discussão, Pedro levantou-se e dirigiu-se a eles: “Irmãos, vocês sabem que há muito tempo Deus me escolheu dentre vocês para que os gentios ouvissem de meus lábios a mensagem do evangelho e cressem” (At 15; 7). As “chaves do reino” que Pedro, enquanto representante dos apóstolos (Mt 18:18), recebeu significa a sua missão de liderar a evangelização na igreja nascente. Depois dele, todos participam desta mesma tarefa.

O Papa não é o sucessor de Cristo e, sim, do imperador. Após a queda do Império Romano no Ocidente, a Igreja Católica Apostólica Romana herdou uma posição política equivalente. Para reconhecer o início do papado deveríamos recuar apenas a Gregório Magno, no final do século V, quando passamos a ter uma centralização mais definida de poder e uma hierarquia em torno do Bispo de Roma. A divisão entre clero (ministros ordenados) e laicato (cristãos sem cargos na igreja) se tornou mais rígida. Mais tarde, estas questões políticas motivaram a primeira grande divisão na igreja cristã entre ocidente e oriente, entre católicos romanos e cristãos ortodoxos, no ano de 1054 d.C.. O Bispo de Roma continuava como o Papa e o Bispo de Constantinopla (atual Istambul, na Turquia) passava a ser o Patriarca da Igreja Cristã Ortodoxa.

Na reforma protestante, século XVI, o grande clamor do povo, depois do acesso à Palavra de Deus, era de viver a simplicidade da igreja do Novo Testamento. Buscou-se cada vez mais intensamente uma igreja sem hierarquia, onde as pessoas eram iguais diante de Cristo, a única autoridade. Guiadas pelo Espírito Santo, dirigidas pela Bíblia,

as pessoas poderiam tomar decisões para o bem de cada comunidade de fé e para o cumprimento da missão em cada contexto.

Nenhuma igreja ou denominação está livre de pecado e de conflitos políticos. Contudo, a ênfase na igualdade e na participação permite que a administração da igreja seja constantemente revisada segundo os critérios do Novo Testamento. Na Igreja de Cristo todos estamos no mesmo nível, aliás, só existem dois níveis: o de Cristo, o Cabeça e único chefe da igreja, e o de todos nós, servos de Cristo e uns dos outros. Temos, sim, dons, ministérios e funções diferentes, mas somos todos iguais.

CONCLUSÃO

Em Atos 2:42-47 temos uma fotografia da igreja no seu início. A igreja de Jerusalém não era uma igreja perfeita nem foi a intenção de Lucas comunicar isso. A descrição da experiência dos primeiros convertidos após a descida do Espírito Santo e de como eles viveram serve de encorajamento. Cada igreja local hoje deve buscar a mesma dependência de Deus e a mesma prática da igualdade.

“Eles se dedicavam ao ensino dos apóstolos e à comunhão, ao partir do pão e às orações. Todos estavam cheios de temor, e muitas maravilhas e sinais eram feitos pelos apóstolos. Todos os que criam mantinham-se unidos e tinham tudo em comum. Vendendo suas propriedades e bens, distribuíam a cada um conforme a sua necessidade. Todos os dias, continuavam a reunir-se no pátio do templo. Partiam o pão em suas casas, e juntos participavam das refeições, com alegria e sinceridade de coração, louvando a Deus e tendo a simpatia de todo o povo. E o Senhor lhes acrescentava todos os dias os que iam sendo salvos”.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) O que significa a palavra “igreja” (Mateus 16:18)?
- 2) Segundo o Novo Testamento, como deve ser o governo da igreja (Atos 6:2-4)?
- 3) Cite duas características de uma igreja verdadeira (2Tm 3:16-17; Ap 5:13).
- 4) Cite uma função básica da igreja.

O NOVO NASCIMENTO

INTRODUÇÃO

— “Morreu, acabou!”

Foi o que ouvi de uma senhora quanto apresentei o plano da salvação e cheguei no ponto sobre a vida após a morte. A visão materialista da vida não contempla nada além do túmulo; renega-se o sobrenatural e o eterno. Nossa sociedade está organizada de tal forma que a única expectativa de realização humana plena tem sido a educação, a ciência ou a tecnologia. Entregam-se cada vez mais a causas sociais e ideologias na esperança de encontrarem sentido para a vida.

A Bíblia apresenta uma visão da natureza humana que não só contempla o sobrenatural como confronta a todos com o pecado. O ser humano, pensado biblicamente, possui uma natureza espiritual e está morto espiritualmente em sua natureza pecaminosa. Estudaremos, nesta lição, sobre o ensino bíblico acerca do novo nascimento experimentado pela fé: a experiência da “nova criação”.

A natureza humana

O ser humano não é só matéria. Além da parte material, o corpo, cada um de nós é também constituído de uma parte imaterial, chamada na Bíblia de alma ou espírito. O conceito de “imagem e semelhança de Deus” está na base desta compreensão (Gn 1:26-27). Jesus revelaria posteriormente de forma mais clara que Deus é “Espírito” (João 4:24) Logo, a semelhança com Deus inclui necessariamente a constituição espiritual.

Isso é o que encontramos em Gênesis 2:7, quando o Criador compartilha do seu ser com a criatura, que se torna “alma vivente”. Milênios depois o profeta Zacarias recordaria os judeus depois do exílio babilônico: “Esta é a palavra do Senhor para Israel. Palavra do Senhor, que estende os céus, assenta o alicerce da terra e forma o espírito do homem dentro dele” (Zc 12:1). Deus não criou apenas o corpo humano; criou também o espírito.

Você já parou para meditar sobre um embrião humano? O que aparentemente seria apenas um aglomerado de células esconde o mistério da vida. Quando se fundem os gametas masculino e feminino, Deus cria e infunde o espírito. Claro que aqui já teremos chegado no limite da nossa razão. Pouco sabemos, mas constatamos, contemplamos e admiramos o poder criador de Deus: “Eu te louvarei, porque de um modo tão admirável e maravilhoso fui formado; maravilhosas são as tuas obras, e a minha alma o sabe muito bem. Os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui formado, e esmeradamente tecido nas profundezas da terra. Os teus olhos viram a minha substância ainda informe, e no teu livro foram escritos os dias, sim, todos os dias que foram ordenados para mim, quando ainda não havia nem um deles” (Sl 139:14-16).

Esta visão integral do ser humano, que é, a um só tempo, corpo e alma, também é confirmada pelo Novo Testamento. Em 2 Coríntios 4:16, descobrimos que os termos alma ou espírito estão relacionados com o “eu interior”. Paulo faz um contraste entre “homem exterior”, físico, e “homem interior”, alma ou espírito: “Por isso não desfalecemos; mas ainda que o nosso homem exterior se esteja consumindo, o interior, contudo, se renova de dia em dia”.

Por isso, o plano da salvação inclui uma transformação espiritual. O pecado atingiu o espírito humano e gerou a separação entre o homem e Deus. Como vimos em lições anteriores, esta separação é a morte espiritual. Por isso, os teólogos dirão que o problema da salvação é ontológico antes de ser moral, ou seja: a salvação é uma nova experiência de vida antes de se expressar como uma moralidade. Estar ou não unido a Deus é mais importante do que fazer o que é certo ou errado.

A natureza pecaminosa

Voltamos sempre a Gênesis por estar ali o esboço da criação, o propósito de Deus e o pecado da humanidade. Em **Gênesis 2:16-17** lemos que Deus ordenou que o homem comesse livremente de toda árvore do jardim, “mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dessa não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (v.17). Na sequência do texto notamos que o primeiro casal não morreu fisicamente, então, de que morte a bíblia está falando? Da morte espiritual, a separação entre o espírito humano e o Espírito de Deus; uma desconexão,

um desligamento, uma interrupção. A rebelião contra Deus tornou-se em um estado de morte espiritual herdado por toda a humanidade.

Entendemos, então, o que a Bíblia quer dizer quando se refere ao “velho homem” ou à “natureza pecaminosa”. O primeiro homem, Adão, passou a ser símbolo da humanidade caída, sujeita à carne. Carne, aliás, é outro termo usado para expressar a ideia de que o pecado escraviza a natureza humana (Rm 7:25). Em Romanos 5:12, Paulo apresenta a tragédia produzida pelo pecado: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5:12). A desobediência do “primeiro Adão” trouxe a morte, a obediência do “ultimo Adão”, Cristo, concede vida (Rm 5:19; 1Co 15:45).

Cristo veio para resgatar o ser humano da condição trágica causada pelo pecado. O Novo Testamento apresenta este estado através de algumas imagens bastante dramáticas:

- 1) morto (Ef 2:1-3), incapaz de reconciliar-se com Deus;
- 2) escravo (Jo 8:34), incapaz de libertar-se do pecado;
- 3) ignorante (1Co 2:14), incapaz de conhecer a Deus.

A nova natureza

Era necessária uma mudança na constituição do ser humano, uma transformação no homem interior, uma intervenção sobrenatural da graça. Assim como Adão, representante da raça, transmitiu o pecado para os seus descendentes naturais, Cristo, descendente de Adão, substituiu a humanidade na cruz para oferecer a oportunidade de reconciliação com o Pai. O milagre da salvação é Deus assumindo o lugar do ser humano para reverter a tendência e inclinação para o mal, além de conceder o privilégio de compartilhar da justiça de Jesus.

Para isso, faz-se necessária uma regeneração. Regenerar é gerar de novo. O novo nascimento na Bíblia traz o sentido de uma “nova criação”. Em 2 Coríntios 5:17 aprendemos que o processo de transformação experimentado por quem crê compara-se ao ato criador inicial: “E, assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas”. O apóstolo Pedro ensinou que este ato torna a pessoa “coparticipante da natureza divina” (2Pe 1:4).

Na primeira criação, Deus criou o corpo, depois, o espírito ou alma. Compartilhou da sua natureza com o ser humano, fez com que ele também fosse capaz de viver unido ao Criador. Desta criação, todos experimentaram. Na segunda criação, experimentada por quem crê no sacrifício da cruz, o espírito é ressuscitado com Cristo (Rm 6:4) e o corpo aguarda a ressurreição na Sua Segunda Vinda (1Ts 4:16-17). Esta será a última etapa da salvação, chamada de glorificação.

O novo nascimento

Podemos resumir o conceito de regeneração ou novo nascimento assim: “uma mudança sobrenatural realizada pelo Espírito Santo, através da Palavra de Deus, no ser interior, com propósito de unir a pessoa a Cristo para sempre”. Pensando por imagens: o novo nascimento não é a reforma da casa, é a construção de uma nova casa; o novo nascimento é a enxertia de um galho de árvore moribunda em outra árvore nova e saudável.

No Evangelho de João aprendemos sobre regeneração no diálogo de Jesus com Nicodemos. Enquanto aquele mestre dos fariseus estava pensando em termos de purificação moral, o Senhor revelou que a nova vida precisava ser recebida como vida de Deus e não como produção humana: “O que é nascido da carne é carne; e o que é nascido do Espírito é espírito. Não te admires de eu te dizer: importa-vos nascer de novo” (Jo 3:6-7). Para Jesus, “nascer de novo” significa “nascer de Deus”, receber a vida de Deus pela fé.

Em sua primeira epístola, João explica que esta vida possui algumas evidências. Ele usa a expressão “nascido de Deus” para identificar estas marcas:

- (1) *aversão ao pecado* – “Aquele que é nascido de Deus não peca habitualmente; porque a semente de Deus permanece nele, e não pode continuar no pecado, porque é nascido de Deus” (1Jo 3:9);
- (2) *prática da justiça* – “Se sabeis que ele é justo, sabeis que todo aquele que pratica a justiça é nascido dele” (1Jo 2:29);
- (3) *amor ao próximo* – “Amados, amemo-nos uns aos outros, porque o amor é de Deus; e todo o que ama é nascido de Deus e conhece a Deus” (1Jo 4; 7);
- (4) *fé em Jesus* – “Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo, é o nascido de Deus; e todo aquele que ama ao que o gerou, ama também ao que dele é nascido” (1Jo 5:1);

(5) *vitória sobre o mundo* – “porque todo o que é nascido de Deus vence o mundo; e esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé” (1 Jo 5:4).

CONCLUSÃO

O ser humano é constituído material e espiritualmente. Sua condição de separado de Deus o sujeita a uma natureza pecaminosa. A maior necessidade do ser humano é de transformação interior. A verdadeira carência é a religação com Deus para a novidade de vida gerada pelo Espírito Santo. Esta experiência não pode ser reduzida a uma mudança moral ou social; significa uma transformação radical e profunda. O alvo do cristão não é ser uma “pessoa boa”, e sim, ser uma nova pessoa pelo poder de Deus. Por esta causa, a vida cristã começa com o novo nascimento.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) Como o ser humano é constituído? (Gn 2:7; Zc 12:1)
- 2) O que significa natureza pecaminosa? (Ef 2:1-3)
- 3) Por que é necessário o novo nascimento? (Jo 3:6-7)

O ESPÍRITO SANTO

INTRODUÇÃO

Esta lição convida você a conhecer um pouco mais sobre o ensino da Bíblia acerca do Espírito Santo e sua importância para a vida cristã. Abordaremos três aspectos: 1) a visão cristã de Deus, segundo a Bíblia; 2) quem é o Deus Espírito Santo; 3) a Sua obra na vida do crente.

A visão cristã de Deus

Deus, segundo a visão cristã, é um “Deus revelado”. Ele quis mostrar quem é, demonstrar seu ser através de ações, falar de si. A partir desta revelação, foi sendo registrado, na memória e na escrita, o conhecimento de seu propósito salvador. Os cristãos estão conscientes, porém, que a experiência com Deus está além da razão e que só podemos compreender aquilo que Ele providenciou que estivesse acessível na criação, na personalidade humana e, especialmente, nas Escrituras. A fé cristã não nega o mistério nem é irracional; apenas reconhece que a razão não explica tudo nem pode atingir o transcendente.

A Bíblia ensina que Deus é “Espírito” (Jo 4:24), isto é, diferente da matéria. Ele criou tudo a partir do nada; é a fonte de tudo e não depende de ninguém. Isso nos impõe um limite intransponível. Nossos sentidos não conseguem experimentá-lo plenamente, mas sabemos que ele é real. Deus é Espírito infinito e invisível. A adoração a Ele deve ser espiritual, brotar do coração e ser dirigida pela sua Palavra.

Outro aspecto sobre a visão cristã de Deus é que Ele é único. Só existe um Deus vivo e verdadeiro. Rejeitamos totalmente a crença no politeísmo, na existência de vários deuses. Cremos, no entanto, que esse Único Deus se manifestou na história primeiro como Deus Pai, depois como Deus Filho e, então, como Deus Espírito Santo. Temos assim uma tríplice manifestação na história, que os teólogos chamaram de Trindade.

O mesmo Deus sempre existiu em três pessoas distintas e eternas. Nunca houve ordem ou hierarquia. Este tríplice modo de existir foi chamado de Trindade. Neste ponto já começamos a constatar os limites da razão humana. Fiquemos, portanto, com uma ilustração oferecida pela matemática. Na multiplicação de uma unidade por si mesma três vezes temos como resultado a própria unidade: $1 \times 1 \times 1 = 1$. Tertuliano (155-220 d.C.), um dos primeiros teólogos a tentar explicar este mistério, resumiu: “Trindade é uma substância em três pessoas”.

O fato de ter-se revelado progressivamente não significa que primeiro ele era um, depois se somou com mais um e então se tornou três. Deus sempre existiu como Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Foi a limitação humana e o seu propósito salvífico que o levou a revelar-se gradativamente. O Pai anunciou a vinda do Filho (Gn 3:15). O Filho veio e cumpriu a sua missão. O Pai e o Filho enviaram o Espírito (Jo 14:26). Quando o Espírito chegou, a igreja nasceu e, depois, reconheceu que ele era Deus (At 5:3-4).

O Deus Espírito Santo

A Bíblia começa afirmando que “o Espírito de Deus pairava sobre a face das águas” (Gn 1:2b). A declaração de criação do ser humano pode ser uma revelação da trindade divina: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1:26). “Façamos” e “nossa” podem comunicar que o homem não existe sem se relacionar. Isso revela o modo como Deus existe. O Espírito Santo está presente tanto na criação do universo quanto do ser humano. O que são apenas pistas no primeiro capítulo cresce ao longo da narrativa bíblica. A Palavra de Deus vai progressivamente apresentando a presença do Espírito como uma pessoa divina a ponto de, em Efésios 4:30, o apóstolo Paulo ser mais claro e direto: “E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, no qual fostes selados para o dia da redenção”.

No Antigo Testamento, o foco está na formação do povo de Deus e na preparação para a vinda do Messias. A presença do Espírito Santo era restrita a pessoas, lugares e eventos que cumpriam este desígnio divino. Isso muda sensivelmente no Novo Testamento, onde o Espírito tem uma presença democrática, abrangendo toda a vida da igreja e de todas as pessoas, permanentemente. Um texto importante para confirmar esta verdade é Joel 2:28-29. Trata-se de uma profecia que moveu gerações na Antiga Aliança e teve seu cumprimento no nascimento da igreja: “Acontecerá depois que derramarei o meu Espírito sobre toda a carne; vossos filhos e

vossas filhas profetizarão, os vossos anciãos terão sonhos, os vossos mancebos terão visões; e também sobre os servos e sobre as servas naqueles dias derramarei o meu Espírito”. Em Atos 2:16-18, Pedro recita esta promessa em seu discurso no dia de Pentecostes. O derramamento do Espírito aconteceu de forma democrática, ultrapassando as barreiras de gênero, idade e classe social.

Em 1 Coríntios 12:13 encontramos o apóstolo Paulo ensinando que: “Pois em um só Espírito fomos todos nós batizados em um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres; e a todos nós foi dado beber de um só Espírito”. Ele usa algumas ilustrações para mostrar que o derramamento do espírito foi geral, sobre todos que creram em Cristo. Fala do batismo para explicar que todos os crentes foram mergulhados na dimensão do Espírito. Ilustra também com a água oferecida em abundância para dessedentar a todos que quiserem beber.

A obra do Espírito Santo

Jesus consolou e preparou os discípulos com a promessa da vinda do Espírito para habitar neles (Jo 16:7). A missão principal do Espírito seria o convencimento do mundo quanto ao pecado, a justiça e o juízo (Jo 16:8). Por agir primeiramente na conversão, seria impossível pensar na vida cristã sem uma experiência com Ele.

Em Efésios 1:13 está uma base bíblica para a certeza da salvação relacionada com a habitação do Espírito no crente: “no qual também vós, tendo ouvido a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, e tendo nele também crido, fostes selados com o Espírito Santo da promessa”. O crente recebeu um selo de propriedade que garante a sua proteção pelo Senhor. O versículo 14 também fala desta segurança em termos de “penhor”, pagamento antecipado. Temos a garantia por parte daquele que nos adquiriu. Seremos resgatados no momento oportuno, no dia da glória.

Existe um versículo especial na doutrina bíblica do Espírito Santo sobre a sua habitação no crente. Com este único texto conseguimos provar irrefutavelmente a Trindade de Deus e a presença do Espírito no salvo: João 14:16 — “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Ajudador, para que fique convosco para sempre”. A palavra que Jesus usou para “outro” na língua grega foi *allos*, que significa “outro da mesma essência”. O versículo seguinte ajuda a compreender que os discípulos conheciam o “Deus para nós” (Pai), o “Deus conosco” (Filho) e conheceriam o “Deus em nós”

(Espírito): “o Espírito da verdade, o qual o mundo não pode receber; porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque ele habita convosco, e estará em vós”.

O Espírito habita no crente para dar certeza de salvação e para capacitar a igreja para o serviço no mundo. Ele concede “dons espirituais” aos crentes: “Ora, há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. Há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera tudo em todos.” (1Co 12:4). Todo crente recebeu, pelo menos, um dom, que será descoberto em oração e no serviço junto à igreja local.

O alvo superior do Espírito ao capacitar os salvos, além de usar suas capacidades para a glória de Deus, é conduzi-los à maturidade cristã. Escrevendo aos Gálatas (5:22-23), Paulo introduz um aspecto indispensável da obra do Espírito na vida do crente: a produção sobrenatural do fruto. A imagem criada é de uma fruta com vários gomos, como a laranja. O fruto é a vida de Jesus em nós, que se manifesta em diferentes qualidades do seu caráter. O apóstolo contrasta as obras da carne, que são naturais, com o fruto do Espírito, que é sobrenatural, resultado do nosso relacionamento com Ele: “Mas o fruto do Espírito é: o amor, o gozo, a paz, a longanimidade, a benignidade, a bondade, a fidelidade, a mansidão, o domínio próprio; contra estas coisas não há lei”.

CONCLUSÃO

O Deus revelado na Bíblia é Pai, Filho e Espírito Santo. O Espírito Santo foi prometido e derramado na inauguração da igreja. A Sua presença, desde o ato da conversão, garante que seremos ressuscitados na Volta do Senhor. Este mesmo Espírito nos anima, ensina e capacita para servir com os dons espirituais, concedidos para testemunharmos do amor de Cristo.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) Qual a visão bíblica de Deus (Jo 14:16-17);
- 2) Qual a diferença da revelação do Espírito Santo no Antigo e no Novo Testamento (At 2:16-18);
- 3) Cite um aspecto da obra do Espírito Santo na vida do crente (Jo 16:7-8; Ef 1:13-14; 1Co 12:4-7; Gl 5:22-23).

A CERTEZA DA SALVAÇÃO

INTRODUÇÃO

A certeza da salvação é uma doutrina bíblica fundamental. Mesmo assim, muitos rejeitam a afirmação “uma vez salvo, salvo para sempre”. Elas temem que seja fruto de orgulho e, contraditoriamente, acabe levando à perda da salvação. Concordaríamos com este pensamento com relação ao julgamento do destino eterno de outras pessoas. Somente Deus, Justo Juiz, sabe quem será salvo. Em Sua Palavra, porém, Ele oferece a certeza pessoal de salvação ao crente em Cristo.

A insegurança quanto à própria salvação pode ser resultado de desconhecimento bíblico ou de uma visão sacerdotalista, isto é, a crença de que somente um sacerdote pode declarar a absolvição do pecador. Ainda pode ser resultante de uma dificuldade na compreensão do que significa a habitação e o poder do Espírito Santo no crente. Nesta lição pensaremos um pouco sobre como é possível ter segurança eterna mesmo permanecendo na presença do pecado. O objetivo é aprender o que Lutero resumiu sobre a condição do cristão: “simultaneamente justo e pecador”. Permaneceremos assim até a Volta de Cristo e, naquele glorioso dia, estaremos totalmente livres.

A segurança dos salvos

Para tratar da segurança da salvação devemos começar pelo conceito de vida eterna. Em João 17:3, Jesus afirma que a vida eterna é conhecimento de Deus: “E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, como o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, aquele que tu enviaste”. O termo grego usado para “conhecer” neste texto é *ginosko*. O sentido desta palavra vai além de conhecimento intelectual. Refere-se a uma experiência íntima, um relacionamento contínuo.

Vida eterna não é apenas uma eternidade de dias, não tem a ver apenas com a continuidade da vida após a morte; é vida a partir do relacionamento com Deus, que começa aqui agora e se prolonga para além, quando estivermos na glória, depois da Volta de Cristo. Esta vida não se condiciona a obra, esforço ou mérito humanos. Jesus

a oferece para aqueles que creem nele. Ele afirma isso categoricamente, sem titubear: “Em verdade, em verdade vos digo que quem ouve a minha palavra, e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna e não entra em juízo, mas já passou da morte para a vida” (Jo 5:24). Ele não diz que quem crê pode ter ou terá, diz que “tem”, com o verbo no presente contínuo.

Os apóstolos confirmaram essa doutrina. João, por exemplo, concluiu a sua primeira epístola dizendo: “Estas coisas vos escrevo, a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna” (1Jo 5:13). Ele escreveu a carta visando afirmar a segurança dos salvos. Por extensão, podemos dizer que a Bíblia foi escrita para isso. João já havia declarado este objetivo para o seu Evangelho: “estes, porém, estão escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome”. (Jo 20:31).

Paulo, diz que, quando cremos, o Espírito Santo oferece um testemunho interior da nossa filiação na família de Deus: “O Espírito mesmo testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (Rm 8:16). Em todo o capítulo ele vem ensinando que “nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8:1). A conclusão é que nada poderá separar o salvo do amor de Deus em Cristo Jesus (Rm 8:38-39). Ele se apropriou pessoalmente desta certeza: “porque eu sei em quem tenho crido, e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia” (2Tm 1:13b).

A obra perfeita de Cristo

A convicção dos apóstolos estava baseada na obra perfeita de Cristo. Sua vida sem pecado, sua morte substitutiva e sua ressurreição corporal oferecem poder e graça suficientes para a salvação do mundo inteiro. As pessoas não são salvas automaticamente pelo fato de Cristo ter morrido por elas ou por receberem esta informação. Muitos rejeitam deliberadamente e sofrem, por isso, a condenação dos próprios pecados.

Para aqueles que humildemente reconhecem seus pecados e recebem a Jesus como Filho de Deus, a certeza da salvação não é uma questão subjetiva ou psicológica. Eles vivem um relacionamento vivo com Cristo. A convicção de fé torna-se a única forma de viver. O fundamento desta certeza está nos méritos do sacrifício de Jesus.

A morte do Senhor foi o cumprimento de uma profecia. Em Gálatas 4:4 lemos: “mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido debaixo de lei”. Deus conduziu a história para que chegasse naquele ponto crucial. A promessa da salvação se cumpriu em uma época propícia para que a mensagem do Evangelho se espalhasse rapidamente por todo o mundo.

Tudo foi concluído de maneira perfeita. A declaração de Jesus na cruz, antes da sua morte, é curta e definitiva: “Então Jesus, depois de ter tomado o vinagre, disse: está consumado. E, inclinando a cabeça, entregou o espírito” (Jo 19:30). No grego, a palavra usada está relacionada ao *telos*, o término ou fim. Ele quis dizer: “está terminado” ou “está cumprido perfeitamente”. Nada mais há que precise ou possa ser acrescentado. Qualquer acréscimo seria uma redução. A glória da salvação é devida ao Senhor por completo.

O autor aos Hebreus enfatizou a superioridade do sacrifício de Jesus diante de todo o sistema de sacrifícios da Antiga Aliança. A estrutura religiosa liderada pela família de Arão e pela tribo de Levi foi considerada uma sombra do sacrifício superior e suficiente oferecido pelo próprio Deus: “Porque nos convinha tal sumo sacerdote, santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores, e feito mais sublime que os céus; que não necessita, como os sumos sacerdotes, de oferecer cada dia sacrifícios, primeiramente por seus próprios pecados, e depois pelos do povo; porque isto fez ele, uma vez por todas, quando se ofereceu a si mesmo” (Hb 7:26-27). Jesus é o Deus adorado, o sacerdote aprovado e a oferta perfeita simultaneamente, constituído pela Palavra do Pai como “Filho, para sempre aperfeiçoado” (Hb 7:28).

Diante desta obra perfeita, realizada na cruz, podemos afirmar corajosamente, pela fé, a nossa salvação. O apóstolo João destacou esta verdade dando a abrangência devida: “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça” (1Jo 1:9). O perdão é completo. Todos os pecados, passados, presentes e futuros são incluídos. O Senhor perdoa o confessante inclusive dos pecados que ainda irá cometer: “Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis; mas, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo” (1Jo 2:1). Mais uma vez insistimos: o processo não é automático e não dispensa a confissão futura. Mas, foi dada a garantia de que o pecado não conseguirá quebrar o relacionamento com o Pai.

Neste ponto muitos demonstram sincera preocupação. Isso não incentivaria uma vida de libertinagem? Paulo já respondeu a esta pergunta: “Que diremos, pois?

Permaneceremos no pecado, para que abunde a graça? De modo nenhum. Nós, que já morremos para o pecado, como viveremos ainda nele?” (Rm 6:1-2). A pessoa que vive na prática do pecado dá evidências de que não conhece a Deus nem o leva a sério, não nasceu de novo. Uma pessoa assim não perderá a salvação ao pecar, simplesmente nunca foi salva.

A vitória sobre o pecado

A permanência no estado de salvação e a possibilidade desta certeza não pode ser abalada pelo pecado. O poder do pecado já foi vencido pela presença do Espírito Santo na vida do crente. A culpa do pecado já foi cravada na cruz por Cristo (Cl 2:13-15). Ele nos perdoou ao assumir nosso lugar. Resta, então, a convivência com a presença do pecado em nossa natureza e no meio de outros pecadores. Seria impossível fugir da presença do pecado. Na história da igreja, muitos tentaram concretizar isso se enclausurando em mosteiros, mas levaram o pecado para lá dentro de si. Estamos rodeados pelo pecado (Hb 12:1) e nos embaraçamos com ele em muitas situações.

O que ajuda a compreender este drama é o ensino bíblico sobre os três inimigos do ser humano: a carne, o mundo e o Diabo. A carne representa a nossa fraqueza e inclinação para o mal. Somente após a ressurreição estaremos livres dela. O mundo é um sistema controlado pelo Diabo e usado para tentar a nossa carne. O Diabo é o arqui-inimigo das nossas almas. Por afronta a Deus ele quer nos derrubar. Quando somos tentados e caímos, sofremos a derrota em uma batalha, mas continuamos na guerra que já foi vencida por Jesus.

O pecado é um acidente na vida do crente. Por mais que se tente evitar, em algumas ocasiões amargamos fragorosas e humilhantes quedas. A esperança da vitória contra os inimigos está na bondade e na fidelidade de Deus. Ele não permite que sejamos tentados além da nossa condição: “Não vos sobreveio nenhuma tentação, senão humana; mas fiel é Deus, o qual não deixará que sejais tentados acima do que podeis resistir, antes com a tentação dará também o meio de saída, para que a possais suportar” (1Co 10:13).

Apesar de não podermos subestimar os inimigos externos, o Diabo e o mundo, nossa maior vigilância deve recair sobre o inimigo interior, a carne. O pecado tem origem em nós mesmos. Na epístola geral de Tiago, aprendemos este importante

princípio: “Ninguém, sendo tentado, diga: Sou tentado por Deus; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e ele a ninguém tenta. Cada um, porém, é tentado, quando atraído e engodado pela sua própria concupiscência; então a concupiscência, havendo concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, sendo consumado, gera a morte” (Tg 1:13-15). Existe um processo que vai desde o desejo de pecar até a morte gerada pelo ato pecaminoso. A diferença é o homem espiritual, que tem um relacionamento com o Espírito Santo, é capacitado para resistir à tentação e evitar a queda. Aquele que experimentou, de fato, a salvação, tem uma vida cristã vitoriosa.

CONCLUSÃO

Para o crente, o pecado continua sendo uma tragédia de impacto devastador. Continuaremos pecadores, embora justificados pela fé. Devemos evitar todas as formas de aproximação ou negociação com o pecado. Nas palavras do avivalista inglês John Wesley: “Cada dia, o crente deve arrancar uma erva do jardim de sua vida, buscando o alvo da perfeição”.

O crente pode ter a certeza de que nunca perde a salvação devido à obra perfeita de Cristo e da presença contínua do Espírito Santo em sua vida. Isso não quer dizer que não perde nada com o pecado. Quando peca o crente perde a comunhão com Deus e a alegria da salvação, além de outras consequências para a saúde, a família e a igreja. Mas a certeza da salvação persiste. Ele não perde o amor e a adoção na família de Deus; não perde a vida eterna, porque o que é eterno não se perde.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) O crente verdadeiramente salvo pode perder a salvação (Jo 5:24)?
- 2) O que dá segurança de salvação ao crente (Rm 8:16)?
- 3) Como o crente pode vencer o pecado (1Jo 1:9)?

A ESPERANÇA CRISTÃ

INTRODUÇÃO

Diante das várias concepções sobre a vida após a morte, as pessoas normalmente iniciam a caminhada na fé cristã com muitas dúvidas sobre este tema. O ponto de partida para um melhor entendimento bíblico é a definição de que a morte física é a trágica, mas temporária, separação entre o corpo e a alma ou espírito. O corpo volta à terra, de onde foi tomado e o espírito permanece em existência diante do Deus Eterno (Ec 12:7).

Chamamos de “estado intermediário” o período que se inicia imediatamente após a morte física. Isso não significa que possa ser alterado, apenas que é provisório. Neste estudo revisaremos o ensino bíblico sobre a esperança cristã. Poderemos constatar que a concretização desta esperança tem seu início logo após a morte física e alcançará o seu ponto culminante na Segunda Vinda de Cristo, com a ressurreição do corpo e a entrada no estado eterno.

Concepções sobre o “estado intermediário”

Muitos creem que a alma continuará existindo em sucessivas reencarnações, ou seja, a pessoa deixaria o corpo, mas pode voltar a habitar em outro. Esta é uma doutrina distintiva do Espiritismo. A Palavra de Deus é peremptória a este respeito: “E, como aos homens está ordenado morrerem uma só vez, vindo depois o juízo” (Hb 9:27). Temos apenas uma única vida e é com ela que, depois da morte física, prestaremos contas a Deus. O versículo seguinte completa: “assim também Cristo, oferecendo-se uma só vez para levar os pecados de muitos, aparecerá segunda vez, sem pecado, aos que o esperam para salvação” (v.28). A Volta de Cristo trará o juízo sobre como a pessoa escolheu viver antes de morrer fisicamente, quando seu destino eterno já estará definido.

Outros acreditam que a alma é única e continua existindo depois da morte física, mas, dificilmente, chega ao estado de purificação enquanto está unida ao corpo. Precisa, então, de uma intervenção divina através da igreja. Entraria em cena a

intercessão dos cristãos que continuam vivos para que consiga a salvação. Para estas pessoas, a ideia de salvação funciona como na Contabilidade. Os pecados são débitos que consomem um crédito inicial vindo do sacrifício de Cristo. A pessoa que não acrescentou créditos à graça inicial do batismo, através da piedade e das boas obras, acumulará débitos que não poderão ser pagos totalmente até a morte física. A intercessão da Igreja que permanece na terra torna-se indispensável para a conclusão do processo salvífico. Entre a morte física e a ressurreição do corpo, a maioria dos cristãos permaneceria no Purgatório. Os católicos romanos possuem definições dogmáticas sobre esta crença, como as determinadas pelo Concílio de Trento (1545–1563): “prescreve o santo Concílio aos bispos que façam com que os fiéis mantenham e creiam a sã doutrina sobre o purgatório” (Sessão XXV — Decreto sobre o Purgatório).

Também há quem associe o estado intermediário ao denominado “sono da alma”. Esta crença, associada à Igreja Adventista do Sétimo Dia, confunde expressões de eufemismo, como “os que dormem” ou “dormir no Senhor” com a ideia de que a alma permanece inconsciente até a Volta de Cristo. Em João 11, no episódio da ressurreição de Lázaro, Jesus disse aos discípulos: “Lázaro, o nosso amigo, dorme, mas vou despertá-lo do sono” (Jo 11:11). O evangelista explica: “Mas Jesus falara da sua morte; eles, porém, entenderam que falava do repouso do sono” (v.13). Se a alma permanecesse adormecida após a morte física, a esperança do cristão seria adiada para a ressurreição do corpo. Apesar de não negar a esperança cristã, esta doutrina desconsidera as bases bíblicas que ensinam a continuidade da consciência da alma enquanto aguarda a Volta de Cristo.

Uma posição parecida é a que se denomina “monista” (*mono* — um, unidade). Seus postulantes enfatizam exageradamente a unidade entre corpo e espírito, chegando a afirmar a morte da alma com o corpo. Desta forma, a alma humana de Jesus teria morrido também na tarde da sexta-feira. Segundo esta corrente, o espírito humano seria recriado ou ressuscitado, com nova consciência, apenas na ressurreição do corpo. Quem defende esta concepção não acredita, normalmente, que as pessoas poderão conhecer umas às outras no estado eterno, céu ou inferno. Embora seja uma posição que possua o mérito de defender a unidade corpo-alma, comete o erro de diminuir a esperança eterna do cristão ao negar seu começo imediatamente após a morte física.

Nenhuma dessas visões ou crenças pode conferir esperança completa. Se o estado eterno, como sabemos biblicamente, é determinado antes da morte física, a

entrada no gozo daquilo que foi esperado deve ser imediata. Embora não seja possível determinar bíblicamente todos os detalhes desta área do estudo bíblico e teológico que chamamos de “escatologia individual”, alguns pontos podem ser afirmados com segurança.

Entre a morte física e o juízo final:

- 1) A alma continua consciente;
- 2) A comunicação entre vivos e mortos é impossível;
- 3) Justos e ímpios permanecerão separados;
- 4) Os justos entram imediatamente na bem-aventurança eterna;
- 5) Os ímpios entram de imediato no castigo eterno.

Em Lucas 16, encontramos uma parábola de Jesus que elucida esta questão. Um homem rico que não temia a Deus, não dependeu dele, nem exerceu a misericórdia, morreu e foi para o *Hades*, a morada dos mortos. Atormentado em sua consciência, suplicou a Deus por alívio no seu sofrimento e intervenção milagrosa para a salvação dos seus familiares. Fica evidente, no ensino de Jesus, que a entrada em uma condição irreversível se dá imediatamente após a morte física. Também está claro que é impossível a comunicação entre justos e ímpios e entre quem já morreu fisicamente e quem ainda tem vida em seu corpo. Os justos começam a gozar da vida plena que esperaram durante a peregrinação na terra já a partir da morte.

Esperança eterna

O cristão vive com esperança diante da morte, que veio em consequência do pecado, mas foi vencida na ressurreição do Senhor. A nossa vida não se restringe ao mundo material. O apóstolo Paulo, escrevendo a sua primeira carta aos coríntios, declarou: “Se é só para esta vida que esperamos em Cristo, somos de todos os homens os mais dignos de lástima” (1Co 15:19). Jesus já havia afirmado a continuidade da existência da alma após a falência do corpo: “E não temais os que matam o corpo, e não podem matar a alma; temeis antes aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo” (Mt 10:28). Os discípulos deveriam estar preparados para sofrer na esperança de que, mesmo sendo mortos, permaneceriam diante de Deus, o único que poderia determinar a condenação eterna.

Como já estudamos nesta revista, os autores do Novo Testamento usam a expressão “vida eterna” preferencialmente para comunicar a ideia de uma qualidade de vida superior, um relacionamento íntimo e contínuo com Cristo na era presente. Mas esta vida se prolonga para depois da morte física e se estende até o estado eterno. Em 2 Coríntios 5:8, Paulo afirma: “temos bom ânimo, mas desejamos antes estar ausentes deste corpo, para estarmos presentes com o Senhor”.

Após a separação entre a alma e o corpo, o salvo entrará no estado de imortalidade na presença do Senhor. Esta verdade foi reafirmada em Filipenses 1:23 — “Mas de ambos os lados estou em aperto, tendo desejo de partir e estar com Cristo, porque isto é ainda muito melhor”. A vida eterna é estar com Cristo, e isso será “muito melhor” quando estivermos livres das limitações deste corpo sujeito ao pecado. Quando o corpo for transformado pela ressurreição, permaneceremos na presença do Senhor.

A imortalidade tem um sentido futuro e, curiosamente, é aplicada também ao corpo. Os gregos acreditavam na imortalidade apenas da alma, como se o corpo fosse uma prisão. Já o apóstolo Paulo rejeita esta ideia e apresenta a visão de imortalidade do corpo: “Porque é necessário que isto que é corruptível se revista da incorruptibilidade e que isto que é mortal se revista da imortalidade” (1Co 15:53). Em todo o capítulo 15 ele vem tratando da ressurreição do corpo. Agora afirma que o corpo mortal alcançará a imortalidade. Na eternidade, o corpo será incapaz de morrer. A alma, uma vez criada, é imortal, mas o corpo só atingirá esta condição com a ressurreição, quando se unirá à alma novamente para herdar a vida eterna.

Dois conceitos unidos inseparavelmente, mas não podem ser confundidos: vida eterna e imortalidade. Vida eterna é o relacionamento permanente com Cristo iniciado na conversão; imortalidade é a vida sem fim alcançada após a ressurreição do corpo. Lembremos, não somos gregos, somos neotestamentários! A imortalidade é uma realidade na qual só entraremos quando o nosso corpo for ressuscitado na Volta de Cristo. Vejamos, mais uma vez, o exemplo de Lázaro de Betânia. Depois que Jesus ordenou que saísse do túmulo, ele voltou a morrer fisicamente. A vida imortal só se torna sinônimo de vida eterna quando está relacionada com a ressurreição final: “Declarou-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que morra, viverá”(Jo 11:25).

O quadro a seguir emprega termos bíblicos que ajudam a organizar melhor as semelhanças e diferenças entre o Estado Intermediário e o Estado Eterno:

	ESTADO INTERMEDIÁRIO	ESTADO ETERNO
JUSTOS	- Corpo na sepultura;	- Ressurreição do corpo (reunião com a alma);
	- Alma consciente, na presença de Deus;	
	<i>Lugar-estado:</i> - “paraíso” (Lc 23:43; 2Co 12:4; Ap 2:7); - “seio de Abraão” (Lc 16:23);	<i>Lugar:</i> - “novos céus e nova terra” (2Pe 3:11-13; Ap 21:1-2).
ÍMPIOS	- Corpo na sepultura;	- Ressurreição do corpo (reunião com a alma);
	- Alma consciente, separada de Deus;	
	<i>Lugar-estado:</i> - “morada dos mortos” — Lc 16:23; Ap 20:13 (Sl 16:10; 86:13);	<i>Lugar:</i> - “inferno” / “lago de fogo” (Mt 10:28; Ap 14:11; 20:14-15)

A volta de Cristo

A esperança cristã está fundamentada na Segunda Vinda de Cristo. Em 1 Tessalonicenses 4:13 encontramos esta verdade: “Porque o Senhor mesmo descera do céu com grande brado, à voz do arcanjo, ao som da trombeta de Deus, e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles, nas nuvens, ao encontro do Senhor nos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor”. Os irmãos de Tessalônica estavam carentes de consolo diante da morte de tantos cristãos perseguidos e o ensino sobre a *parousia* (em grego, vinda ou chegada) despertou a esperança: “Portanto, consolai-vos uns aos outros com estas palavras” (v.18). O crente não precisa se desesperar, nem mesmo diante da morte, porque a morada de Cristo nele é permanente e ele já está preparado para o novo começo que a morte representa em sua vida.

Sobre o Segundo Advento, o Novo Testamento estabelece alguns pontos que servem de orientação geral:

- 1) Ninguém sabe o dia nem a hora deste acontecimento histórico (Mc 13:32);

- 2) Por conta da longanimidade de Deus, ainda há possibilidade de arrependimento (2Pe 3:9);
- 3) O sinal mais claro da do fim é a evangelização mundial (Mt 24:24);
- 4) Após este retorno, serão criados novos céus e nova terra (2Pe 3:13).

Este último ponto permite-nos pensar na esperança cristã relacionada ao estado eterno. O que aprendemos com os autores bíblicos é que o futuro não será mera continuação do presente. Na cruz de Cristo, a fé antecipa o fim do mal. Na ressurreição, têm início uma nova vida e uma nova criação. Será criado um mundo compatível com a nova condição do salvo (Is 65:17; Ap 21:1). Existe uma “ardente expectativa da criação” (Rm 8:19) pela chegada desse dia, pelo qual “geme e suporta angústias até agora” (v.22). O universo compartilha da mesma esperança que os cristãos: “na esperança de que também a própria criação há de ser liberta do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus” (Rm 8:21).

CONCLUSÃO

Enquanto nos ocupamos com o casamento e a casa própria, a profissão e a criação de filhos, o novo curso e viagem, o tempo corre acelerado ao encontro do fim. Estes objetivos e compromissos são justificáveis, mas devem ser subordinados ao senhorio de Cristo. Nenhuma dessas dimensões da vida terrena pode oferecer esperança diante da morte. Devemos por nossa única na esperança de vida eterna, vida com Cristo, para sempre.

O pastor batista norte-americano John Piper já fez a pergunta crucial para nossa geração — e para as demais: “se você pudesse ter o paraíso, sem doenças e com todos os amigos que já teve na terra, e todas as comidas das quais gosta, e todas as atividades de lazer que aprecia, e todos os prazeres físicos que experimentou, e nenhum conflito humano ou desastre natural, se satisfaria com tudo isso, caso Cristo não estivesse nesse paraíso?”. Nossa esperança não se resume apenas em ir para o céu, mas que o céu é a possibilidade de permanecermos em comunhão com Cristo, em total liberdade.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) Como será a vida do crente entre a morte física e a volta de Cristo? (Lc 16:23)
- 2) Qual é o destino eterno de justos e dos ímpios? (Ap 14:11; 21:1-2)
- 3) Por que a volta de Cristo representa a esperança verdadeira? (2Pe 3:13)

A VIDA DE ORAÇÃO

INTRODUÇÃO

A salvação, uma vez recebida pela fé, se desenvolve na prática da vida cristã. Espera-se que o salvo cresça espiritualmente e amadureça em todas as dimensões. Neste processo, a oração perpassa por todas as áreas do viver. Seria impossível desenvolver a vida cristã sem a compreensão e o exercício da fé através da oração. Este é um tema extenso e de suma importância. Nesta lição vamos apenas resumir o conceito de oração e apresentar bases bíblicas que sejam fundamentais para a sua compreensão. Começaremos buscando uma definição de oração. Destacaremos as razões para orar, discutiremos as características bíblicas da oração e sua eficácia. Nosso estudo concluirá com uma breve exposição da “oração modelo” ensinada por Jesus.

O que é oração?

Oração, em uma concepção bíblica e cristã, é a comunicação pessoal com Deus. A oração se dá no contexto de um relacionamento. A Bíblia chama esse relacionamento de aliança, através da qual Deus concede a possibilidade de um diálogo. Deus é o pai e nós, os filhos. Através de Jesus, o Filho Eterno, podemos conversar com o nosso pai.

Embora esta seja uma definição simples, devemos considerar que a oração é um mistério. Deus é o Todo-Poderoso, o Criador dos céus e da terra, Onisciente. Na conversa com Ele, nada que dissermos será novidade. Ele conhece o nosso coração. Jesus considerou esta questão quando ensinou sobre a oração. Em Mateus 6, Ele confronta a prática dos gentios: *“Não sejam iguais a eles, porque o seu Pai sabe do que vocês precisam, antes mesmo de o pedirem”* (Mt 6:8). Deus sabe o que diremos, mas quer conversar conosco.

Abre-se diante de nós a dimensão do sobrenatural. Esse diálogo só é possível pela atuação do Espírito Santo. A oração é a possibilidade de entrar na “esfera do Espírito”. Esse foi o ensino deixado por Judas em sua epístola: *“Edifiquem-se, porém,*

amados, na santíssima fé que vocês têm, orando no Espírito Santo". Especialistas na língua grega explicam que "orar no Espírito" seria orar sob a direção ou condução do Espírito.

Isso também é ensinado pelo apóstolo Paulo: *"Da mesma forma, o Espírito nos ajuda em nossa fraqueza, pois não sabemos como orar, mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis"* (Rm 8:26). Mesmo quando não sabemos o que dizer ou expressar nossas emoções, o Espírito, que é Deus, interpreta nossa oração. "Deus em nós" entra em diálogo com "Deus sobre nós". O Espírito traduz palavras e gemidos para que a comunicação seja efetiva.

Razões para orar

O estudo da oração na Bíblia nos confronta com algumas razões irrefutáveis para que todo cristão ore constantemente:

1) A oração é uma oportunidade de buscarmos o conhecimento de Deus;

Devemos orar para conhecermos mais a Deus através de um relacionamento íntimo. Somos limitados e ignoramos o propósito de cada experiência que nos afeta. Precisamos conhecer o Deus que nos conhece a fundo. O profeta Jeremias encorajou os judeus exilados na Babilônia a terem esperança de retorno após o cativeiro. Em sua carta, mencionou a razão por que deveriam orar: *"Vocês me procurarão e me acharão quando me procurarem de todo o coração. Eu me deixarei ser encontrado por vocês", declara o Senhor, "e os trarei de volta do cativeiro"* (Jr 29:13-14).

2) A oração é uma oportunidade de exercitarmos a dependência de Deus;

O Senhor Jesus, mesmo sendo Deus, orou. Com isso, deixou o exemplo de humildade. Mostrou que oração é exercício de dependência do poder e da sabedoria de Deus. Desenvolvemos o caráter de Cristo quando o imitamos na prática da oração. Em Lucas 18, Jesus contrastou as posturas do fariseu e do publicano em uma parábola: *"O fariseu, em pé, orava no íntimo: 'Deus, eu te agradeço porque não sou como os outros homens: ladrões, corruptos, adúlteros; nem mesmo como este publicano. Jejuo duas vezes por semana e dou o dízimo de tudo quanto ganho'. Mas o publicano ficou à distância. Ele nem ousava olhar para o céu, mas batendo no peito, dizia: 'Deus, tem misericórdia de mim, que sou pecador'"* (Lc 18:11-13). A história foi concluída com um

ensinamento: Deus recompensa a humildade de quem reconhece o próprio pecado. Perdoa e recebe na comunhão. Ele exalta os humildes.

3) A oração é uma oportunidade de envolvimento no reino de Deus;

A dependência exercitada através da oração abre espaço para o seu agir em nós e por nós. Gerson Borges afirma que “a verdadeira oração bíblica é transformadora da interioridade e da realidade”. Orar transforma o interior e envolve com a ação de Deus no mundo. Jesus ensinou os discípulos a orarem assim: “*Pai! Santificado seja o teu nome. Venha o teu Reino.*” (Lc 11:2). Devemos pedir para que o governo de Deus em nosso coração também se estenda para os nossos relacionamentos, compromissos e projetos.

Características bíblicas da oração

A oração pensada biblicamente apresenta características distintas:

a) A oração deve ser em nome de Jesus;

O Senhor ensinou que deveríamos orar em seu nome: “*Até agora vocês não pediram nada em meu nome. Peçam e receberão, para que a alegria de vocês seja completa*” (Jo 16:24). Depois que cumpriu a Sua obra, morreu e ressuscitou, Ele foi constituído como mediador da Nova Aliança. A oração do cristão deve ser “em seu nome”, ou seja, em sua pessoa, caráter e autoridade. O Pai está aberto a atender os pedidos feitos assim. Obviamente, não devemos usar o nome de Jesus como expressão mágica capaz de interferir no suposto “mundo espiritual”; não basta dizer em nome de Jesus e esperar que tudo aconteça. Os nossos pedidos devem manter coerência com a sua pessoa e obra para serem atendidos.

b) A oração deve ser segundo a vontade de Deus;

A primeira epístola de João, no ensino sobre a subordinação da oração à vontade de Deus, registra: “*Esta é a confiança que temos ao nos aproximarmos de Deus: se pedirmos alguma coisa de acordo com a sua vontade, ele nos ouve*” (1 Jo 5:14). A vontade de Deus deve ser o critério que me permitirá selecionar aquilo que eu pedirei. Por isso devo orar sempre buscando a vontade de Deus, associando a oração com o estudo e a meditação na Palavra de Deus. Sabemos que ninguém consegue desvendar

a mente de Deus, mas a cada pedido respondido, saberemos se estamos em sintonia com o Seu propósito.

c) A oração precisa ser com fé;

A oração exercita a confiança do cristão na bondade e no poder de Deus. Jesus ensinou que, em oração, podemos dizer a um monte: “Levante-se e atire-se no mar’, e assim será feito” (Mt 21:22). Ou seja, a oração põe em prática a certeza de que Deus pode todas as coisas. Ele pode nos despertar a orar e usar a nossa oração para agir de maneira extraordinária. Por isso, devemos orar com perseverança, crendo não haver nada impossível para o Senhor. Ele sempre responderá a nossa oração. Sua resposta pode ser positiva e confirmar nosso pedido; negativa, e redirecionar a petição; ou, com um silêncio temporário, que nos preparará para o cumprimento do seu propósito, surpreendentemente. Na conhecida parábola do “juiz iníquo”, Jesus ensinou sobre “o dever de orar sempre e nunca esmorecer” (Lc 18:1). A viúva que clamava pelo julgamento da causa serve de exemplo de fé no caráter justo de Deus e advertência contra o perigo de perder-se na fé: “*Contudo, quando vier o Filho do Homem, achará, porventura, fé na terra?*” (Lc 18:8).

A eficácia da oração

Na epístola de Tiago encontramos uma declaração contundente a respeito da oração: “A oração de um justo é poderosa e eficaz” (Tg 5:16). Aprendemos que Elias era um ser humano comum, “sujeito aos mesmos sentimentos” que todos os crentes, mas sua oração fervorosa foi respondida com uma intervenção sobrenatural: “e não choveu sobre a terra durante três anos e meio” (v.17). Deus não apenas ouve como responde às nossas orações.

Deus decidiu agir soberanamente no mundo em resposta à oração dos seus servos. Ele é Todo-Poderoso, não precisa de nós, mas prefere agir através de pessoas como você e eu, fracos, limitados, pecadores. O teólogo batista Alva Bee Langonha explica este aspecto da doutrina da oração convincentemente: “*Deus não se limita a um único método. Sendo livre, pode agir como bem entender, sem quebra de lei alguma. Temos aqui a base universal da oração. Se Deus pode operar uma maravilha, que é um ato alheio às leis naturais. Pode também responder às orações dos homens. Se Deus obra milagres quando estes se tornam necessários, pode também responder*

às súplicas de seu povo agindo por maneiras diferentes daquelas já estabelecidas pelas leis naturais, sem se tornar, por isso, infiel às mesmas leis”.

A oração modelo

A oração chamada de “Pai-Nosso” é a oração-modelo ensinada por Jesus para os seus discípulos (Mateus 6:9-13). Ela resume a compreensão do Mestre sobre o relacionamento entre Deus e nós. A seguir destacamos três aspectos desta oração que devem orientar nossa prática:

Autenticidade

A “oração das praças”, que revelava a hipocrisia dos fariseus, foi contrastada pela “oração do quarto secreto”, que permitia o exercício da sinceridade. Para Jesus, antes de ouvir a oração, o Pai “vê” a atitude de quem está orando. A oração deve ser vista por Deus e não pelos homens. Estes, verão o efeito da oração na vida do crente.

Pessoalidade

A oração precisa ser pessoal, diferente da prática pagã que oram controlar suas divindades. Oração não é ritual mecânico e repetitivo, é uma conversa entre filho e pai. Em oração recebemos o maior privilégio da vida, possibilitado pela obra de Cristo: chamar Deus de “Pai”.

Reverência

A santidade de Deus deve ser reverenciada na oração: *“Santificado seja o teu nome”* (v.9). Santificado significa separado de todas as outras coisas. O nome representa o caráter. Ao orarmos, declaramos que Deus ocupa o lugar central, a prioridade da nossa vida.

CONCLUSÃO

A oração muitas vezes é uma barreira para a maioria das pessoas que chegam na igreja e se sentem incapazes de proferir uma sentença em público. Elas ouvem o pastor orando ao microfone e imaginam que para orar precisam fazer um curso de teologia. Muito diferente disso, como vimos, oração é comunicação pessoal com Deus,

não existe uma forma definida e você não precisa repetir uma oração aprendida. Converse com Deus como se você estivesse conversando com um amigo, com uma pessoa da sua família. Isso pode ser feito com liberdade e afeto, sem deixar de ser reverente. Embora seja importante cultivar o espaço do “quarto secreto”, não existe um lugar ou um horário determinados para Deus nos ouvir. A única regra é esta: *“orai sem cessar”* (1Ts 5:17).

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) Como podemos definir “oração”?
- 2) Cite a principal razão pela qual o cristão deve orar.
- 3) Que característica da oração mais chama a sua atenção?
- 4) Podemos afirmar que a oração é eficaz? Por quê?

O DÍZIMO NA BÍBLIA

INTRODUÇÃO

O dízimo na Bíblia deve ser estudado dentro de uma doutrina mais abrangente que chamamos de Mordomia Cristã, que trata da administração dos recursos que recebemos de Deus. Pensar apenas em contribuição financeira seria reduzir o nosso compromisso ético. Devemos ampliar o foco para os bens, os talentos, o tempo, os relacionamentos, enfim, a consagração de toda a sua vida e a entrega de tudo que você é e tem. Somente depois desta reflexão inicial estaremos aptos para discutirmos o ensino bíblico sobre o dízimo, conhecer o seu significado e aplicação para a igreja cristã.

Mordomia cristã

A Bíblia ensina que Deus é Criador, Senhor e Dono de tudo de belo e bom que possamos usufruir: *“Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, que não muda como sombras inconstantes”* (Tg 1:17). A Ele pertence a nossa vida duplamente, primeiro porque somos criados, depois, porque fomos redimidos. Um dos sentidos da salvação é a redenção ou compra. O crente, então, se posiciona diante de Deus como mordomo ou administrador da vida com seus recursos materiais, suas capacidades, seus relacionamentos e influência no mundo. Quando começamos a pensar o dízimo assim, evitamos o desvirtuamento que, infelizmente, temos visto em igrejas cristãs no Brasil.

A afirmação bíblica de que ao Senhor pertence *“a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele vivem”* (Sl 24:1) deve ser associada a outra: *“‘Tanto a prata quanto o ouro me pertencem’, declara o Senhor dos Exércitos”* (Ag 2:8). Nosso ponto de partida deve ser este: aquilo que possuímos, na verdade, não nos pertence; somos apenas administradores. Foi-nos apenas concedida a permissão para o uso com o propósito de glorificar o Seu nome.

O apóstolo Pedro ensina que pertencemos ao Senhor porque ele nos comprou: *“sabendo que não foi mediante coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes*

resgatados do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram, mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo” (1Pe 1:18-19). No mundo antigo, a vida de um escravo pertencia ao seu senhor, o corpo, o tempo, as habilidades. Somos escravos de Cristo! Recebemos muitas capacitações e devemos utilizar todas para a Sua glória.

Aqui está o ponto de referência com relação à vida financeira. Dentro desse quadro geral, que é a mordomia cristã, está inserido o dinheiro. Deus não quer o seu saldo bancário sem a adoração sincera que abarca toda a sua vida. Seja qual for a quantia, sem a sua dedicação verdadeira, não tem valor algum para o Senhor.

Há, sim, a ordenação divina de devolver ao Senhor parte do que recebemos dEle. Acontece que existe um contexto espiritual e comunitário para que isso seja praticado. Em Deuteronômio 8:18, Moisés ordenou a devolução de dízimos e de ofertas com a orientação para o povo não esquecer que o sustento e a força para adquirir riquezas vinha do Senhor: *“Antes, te lembrarás do SENHOR, teu Deus, porque é ele o que te dá força para adquirires riquezas; para confirmar a sua aliança, que, sob juramento, prometeu a teus pais, como hoje se vê”.* A força para o trabalho, transformado em riqueza, vem do Senhor, portanto, a ele também pertence o resultado.

Esse foi o reconhecimento do rei Davi numa campanha de arrecadação do material necessário para a construção do templo, que seria construído por Salomão, seu filho: *“Agora, pois, ó nosso Deus, graças te damos e louvamos o teu glorioso nome. Porque quem sou eu, e quem é o meu povo para que pudéssemos dar voluntariamente estas coisas? Porque tudo vem de ti, e das tuas mãos to damos” (2Cr 29:14).* As ofertas foram entregues voluntariamente e de coração, como expressão da gratidão do povo e do rei. Devemos ofertar ao Senhor parte daquilo que recebemos dEle. Nossa vida é limitada e depende do Seu favor. Participar da Sua obra é um privilégio.

O dízimo no Antigo Testamento

O significado da palavra usada no Antigo Testamento para “dízimo” tem a ver com a ideia de “formar comunidade”. Dizimar fazia parte da celebração comunitária diante da provisão de Deus. A atitude de contribuir representava tanto adoração a Deus quanto a manutenção da comunidade. Era o sentimento de pertencer ao povo que adora a Deus. Adoração e comunhão não se separavam.

A PALAVRA "DÍZIMO"

wyn - Ma'laser - Dízimo; décima parte;

aser / 'ashara - feito; obra; fazer;

Sentido = fazer a comunidade; construir o grupo;

Dízimo = celebração comunitária das provisões de Deus.

Deus se revelou a Abraão, confirmou a promessa de descendência e o abençoou. O patriarca venceu uma guerra visando libertar o seu sobrinho Ló. Um sacerdote do Deus Altíssimo foi até Abraão e confirmou que ele havia sido abençoado. Em atitude de reconhecimento pela provisão de Deus na sua vitória, Abraão dá o dízimo (Gn 14:18-20). Desde o princípio a Bíblia aponta para o dízimo com esse sentido de gratidão. Em Levítico, encontramos os descendentes de Abraão praticando este mandamento: “Também todas as dízimas da terra, tanto dos cereais do campo como dos frutos das árvores, são do SENHOR; santas são ao SENHOR” (Lv 27:30).

Nesse momento da história do povo, o dízimo já estava estabelecido como forma de manutenção do culto a Deus. Em Números 18:21, lemos: “*Aos filhos de Levi dei todos os dízimos em Israel por herança, pelo serviço que prestam, serviço da tenda da congregação*”. A décima parte da produção econômica do povo era destinada ao sustento da tribo de Levi, segundo a aliança firmada com o povo por ocasião do êxodo do Egito. Os levitas dedicavam-se ao culto para que toda a comunidade de Israel se beneficiasse. Quem comparecia no tabernáculo ou no templo para entregar a sua oferta era servido pelos sacerdotes, que, no que lhe concerne, eram sustentados pelos dízimos.

Muito tempo depois, no retorno do cativeiro na Babilônia, encontramos esse princípio sendo reestabelecido: “*As primícias da nossa massa, as nossas ofertas, o fruto de toda árvore, o vinho e o azeite traríamos aos sacerdotes, às câmaras da casa do nosso Deus; os dízimos da nossa terra, aos levitas, pois a eles cumpre receber os dízimos em todas as cidades onde há lavoura. O sacerdote, filho de Arão, estaria com os levitas quando estes recebessem os dízimos, e os levitas trariam os dízimos dos dízimos à casa do nosso Deus, às câmaras da casa do tesouro*” (Nm 10:37-38). Neemias, o governador nomeado pelo rei persa, recuperou os princípios de gratidão a Deus e da manutenção do culto. O dízimo servia para que o culto fosse mantido e Deus pudesse ser adorado por todos, inclusive quem não era natural de Israel.

Havia no meio do povo quem vivia em condição de insegurança e vulnerabilidade social. Os recursos administrados no templo também eram usados em um sistema de distribuição de alimentos para estrangeiros, órfãos e viúvas: *“Ao fim de cada três anos, tirarás todos os dízimos do fruto do terceiro ano e os recolherás na tua cidade. Então, virão o levita (pois não tem parte nem herança contigo), o estrangeiro, o órfão e a viúva que estão dentro da tua cidade, e comerão, e se fartarão, para que o SENHOR, teu Deus, te abençoe em todas as obras que as tuas mãos fizerem”* (Dt 14: 28-29). Um método surpreendente para os padrões do mundo antigo, por revelar o amor e o cuidado de Deus por todos, indistintamente. Da mesma oferta com que se adorava ao Senhor comiam levitas, estrangeiros, viúvas e órfãos. O que era consagrado no templo não pertencia a uma classe de privilegiados.

OS "QUATRO DÍZIMOS" DO ANTIGO TESTAMENTO

- 1 - Dízimo para os levitas e sacerdotes (Ne 10:37);
- 2 - Dízimo dos dízimos - pelos levitas (Nm 18:26-29);
- 3 - Dízimo festivo - anual (Dt 14:22-27);
- 4 - Dízimo dos pobres (Dt 14:28-29);

Este é o verdadeiro conceito bíblico de prosperidade, que as igrejas neopentecostais deturpam ao reduzir à mera ideia de riqueza. Prosperidade é a bênção contínua de Deus em todas as áreas e para todas as pessoas. A presença de Deus é abundante e Ele não deixa faltar o que seja necessário. Cabe a nós a gratidão e a generosidade para que os bens e oportunidade circulem de modo que todos sejam supridos com o que for necessário a uma vida digna, no mínimo. A prosperidade bíblica está longe de uma vida escravizada pelo dinheiro, onde tudo é reduzido à ânsia de acumular, enquanto tantos passam em falta do essencial.

Voltamos ao Deuteronômio através do livro profético de Malaquias: *“Trazei todos os dízimos à casa do Tesouro, para que haja mantimento na minha casa; e provai-me nisto, diz o SENHOR dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu e não derramar sobre vós bênção sem medida”* (Ml 3:10). Este versículo, de alguma forma, sintetiza todo o ensino do Antigo Testamento sobre o dízimo. Encontramos aqui uma referência aos tipos de dízimos praticados ao longo da história de Israel e no período pós-exílico. Infelizmente o povo descumpriu esta lei. O profeta, resgatando o Deuteronômio, fala da parte de Deus, com severidade. Ele chega dizer que o povo estava roubando ao Senhor, porque a recusa em participar do sistema instituído na lei

atentar contra o culto, os levitas e os pobres. Ameaçava a preservação do povo através do qual o conhecimento de Deus chegaria às nações pagãs.

SIGNIFICADOS DO DÍZIMO NO ANTIGO TESTAMENTO

A - Reconhecimento de Deus como provedor;

B - Manutenção do culto a Deus (sacerdotes e levitas);

C - Organização social e cuidado com os pobres;

O dízimo no Novo Testamento

Em Mateus 23:23, Jesus repreende os fariseus mostrando que os preceitos mais importantes da lei, como justiça e misericórdia, deveriam ser praticados, ser priorizados sem negligenciar os dízimos. O que estava sendo condenado era uma vida de aparência; o cálculo meticuloso da contribuição, porém, com uma motivação deturpada: *“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fé; devíeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas!”*.

Como podemos constatar, o Novo Testamento não aboliu ou anulou o dízimo. O padrão instituído e aprovado por Deus não foi contrariado nem por Jesus, nem pelos apóstolos, sem nenhuma recomendação em contrário. A igreja primitiva era composta de judeus que praticavam o dízimo com naturalidade. A maioria das igrejas nasceu após a destruição do templo de Jerusalém pelo general romano Tito para conter uma revolta judaica no ano 70 d.C. Os líderes dessas igrejas não eram levitas ou sacerdotes como no Antigo Testamento. Eles se dedicavam, no entanto, a uma tarefa indispensável para o cristianismo nascente, o ensino bíblico.

Em 1 Timóteo 5:18, o apóstolo Paulo faz referência ao antigo sistema de Israel para ensinar sobre o sustento dos líderes da igreja. O versículo 17 menciona o desempenho do ministério central da igreja do Novo Testamento, o qual é a proclamação e o ensino da Palavra: *“Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino”*. Está justificada a necessidade de contribuição financeira para a manutenção dos obreiros nessa missão essencial.

Estes obreiros não eram apenas locais. Novas igrejas surgiam e a contribuição financeira era necessária para expansão missionária. Em Romanos 15:23-24

encontramos o seguinte: *“Mas, agora, não tendo já campo de atividade nestas regiões e desejando há muito visitar-vos, penso em fazê-lo quando em viagem para a Espanha, pois espero que, de passagem, estarei convosco e que para lá seja por vós encaminhado, depois de haver primeiro desfrutado um pouco a vossa companhia”*. Paulo está comunicando à igreja de Roma o seu plano de evangelizar na Espanha com os recursos materiais necessários para ele continuar a sua viagem.

Mais adiante, no mesmo capítulo, o apóstolo continua: *“Porque aprouve à Macedônia e à Acaia levantar uma coleta em benefício dos pobres dentre os santos que vivem em Jerusalém”* (Rm 15:26). A contribuição financeira servia também para o suprimento das necessidades dos pobres. As pessoas carentes não poderiam ser desprezadas em meio a uma situação difícil vivida pela igreja na Palestina, na igreja de Jerusalém.

Os apóstolos defenderam que a igreja organizasse a contribuição financeira para às necessidades reais da expansão missionária:

- 1) sustento dos obreiros (1Tm 5:17-18);
- 2) obra missionária (Rm 15:23-24);
- 3) assistência aos pobres (Rm 15:26).

Princípios para a contribuição financeira

Deus revelou aos apóstolos uma forma de contribuição financeira que fosse equivalente ao dízimo no Antigo Testamento e, assim, diferentes necessidades fossem supridas. Embora esse sistema funcionasse em moldes distintos daqueles praticados no antigo Israel, não há nenhum impedimento bíblico para se usar os mesmos termos. O mais importante é preservar os princípios, que podem muito bem incluir o dízimo. Se o dízimo foi um padrão aprovado por Deus na Antiga Aliança e atende aos princípios adotados pelas igrejas neotestamentárias, então, devemos adotá-lo.

Princípios 01 – Contribuição sistemática

Em 1 Coríntios 16:2, Paulo orientou: *“No primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte, em casa, conforme a sua prosperidade, e vá juntando, para que se não façam coletas quando eu for”*. A arrecadação deveria ser feita semanalmente. A igreja deveria se organizar para que não fosse necessária uma coleta emergencial quando ele passasse na cidade.

Princípio 02 – Contribuição proporcional

A contribuição sistemática também deveria ser proporcional. Cada um deveria contribuir na medida da sua prosperidade ou renda. Em Atos 11:27-30, Lucas registra que foi profetizada uma *“grande fome por todo o mundo, a qual sobreveio nos dias de Cláudio”* (v.28). Os discípulos que formavam a igreja de Antioquia resolveram enviar socorro aos irmãos da Judeia, *“cada um conforme as suas posses”* (v.29).

Princípio 03 – Contribuição generosa

Em 2 Coríntios 8:1-4, encontramos o princípio da generosidade aplicado à contribuição na igreja: *“Também, irmãos, vos fazemos conhecer a graça de Deus concedida às igrejas da Macedônia; porque, no meio de muita prova de tribulação, manifestaram abundância de alegria, e a profunda pobreza deles superabundou em grande riqueza da sua generosidade. Porque eles, testemunho eu, na medida de suas posses e mesmo acima delas, se mostraram voluntários, pedindo-nos, com muitos rogos, a graça de participarem da assistência aos santos”*. As igrejas da Macedônia eram generosas. Independentemente da quantidade de recursos que cada um possuía, com o coração voluntário, excederam a sua condição material.

Princípio 04 – Contribuição alegre

Essa voluntariedade em contribuir que marcou as igrejas do primeiro século só se tornou possível porque a motivação era a alegria, o sentimento de que eram privilegiados. 2 Coríntios 9:7 serve como resumo dos princípios que mencionamos acima. Este versículo enfatiza a alegria como motivação do dízimista: *“Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria”*.

CONCLUSÃO

O ensino bíblico mostra que o dízimo foi ordenado por Deus e continua em vigor na forma da contribuição sistemática, proporcional, generosa e alegre que sustenta a obra missionária local e mundial. O crente tem o dever de contribuir, assim como envolver-se na administração dos recursos. Deve ainda participar das assembleias e apoiar o trabalho da diretoria da igreja. O dízimo é usado por Deus para formar a comunidade de adoradores, manter o ministério da Palavra e alcançar aqueles que precisam conhecer o Senhor que é Dono de todas as coisas.

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) Qual o principal significado do dízimo no Antigo Testamento?
- 2) Como a contribuição financeira era praticada no Novo Testamento?
- 3) Cite dois princípios equivalentes ao dízimo adotados pelas igrejas neotestamentárias.

O TESTEMUNHO CRISTÃO

INTRODUÇÃO

O testemunho deve ser uma prática natural do cristão desde o início da sua caminhada na fé. Ele deve se alegrar com a oportunidade de testemunhar do encontro com Cristo e da transformação operada pelo Espírito Santo. Nesta lição sobre o testemunho cristão estudaremos três aspectos importantes: primeiro, a vida como testemunho; segundo, o testemunho diante da família, o nosso primeiro campo missionário, terceiro, o testemunho diante da perseguição.

A vida como testemunho

Evangelizar é compartilhar o Evangelho, a boa notícia de que Deus realizou o seu plano eterno de salvação na morte e ressurreição de Cristo. A evangelização assume basicamente três formas: 1) proclamação; 2) confrontação e 3) encarnação. Esta diferenciação é o argumento central do livro “Amizade, a chave para a evangelização”, de Joseph Aldrich. Proclamação é esse anúncio verbal ou audiovisual, é a comunicação da mensagem. Confrontação é quando se inicia um diálogo e você está diante de crenças ou necessidades das pessoas a quem o evangelho está sendo apresentado. Encarnação é a sua presença e os seus relacionamentos naturalmente compartilhando o Evangelho.

A proclamação precisa ser contínua e abundante para que o maior número possível de pessoas seja alcançado. A confrontação começa quando, em casa ou no trabalho, você apresenta o evangelho e abre-se um espaço a defesa da verdade. Neste momento será preciso ter cautela e sensibilidade para discernir como Deus está conduzindo a oportunidade. Por isso, o modelo ideal de evangelização é a encarnação, ou seja, através da sua vida, da experiência que teve com o poder de Deus, naturalmente esse impacto chegará na vida das pessoas que conhece e com quem convive. Uma vez que a sua vida chama atenção, desperta o interesse das pessoas, a explicação será necessária e você, então, poderá mostrar as razões da sua fé ou qual o motivo que o levou a dar uma guinada na sua vida.

O ideal é começar pela presença, passar para a palavra e, depois, para a persuasão. Com a sua presença, as oportunidades são criadas e pode surgir uma chance de convencer. Contudo, nunca devemos esquecer da obra do Espírito Santo, que nos usa nesse processo.

O pastor Damy Ferreira, autor do livro “Evangelismo Total”, costuma repetir: “se você não é capaz de conquistar uma pessoa para si, não conseguirá conquistá-la para Cristo”. Se a presença do cristão não é agradável e contagiante, uma barreira será imposta entre a pessoa não-crente e o Evangelho. Se a pessoa evangelizada rejeita você, seu estilo de vida, seu testemunho, também rejeitará a mensagem que você pretende transmitir.

Antes da sua ascensão aos céus, o Senhor comissionou os apóstolos a que fossem pelo mundo e *pregasse o Evangelho a toda criatura* (Mc 16:15). A ênfase aqui é dada à proclamação, à palavra. A confrontação pode vir em seguida, quando as crenças ou o pecado veem à tona e demonstram a necessidade de conhecer melhor a Jesus.

Vivemos em um país marcado pelo paganismo, com diversas origens e matrizes religiosas. Apesar de uma maioria nominalmente cristã, há muita confusão com relação à doutrina da salvação, da qual trata esta revista. Mesmo assim, insistimos que o evangelizador não pode ter a pretensão de colocar-se no lugar do Espírito Santo, pois Ele “*vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir*” (Jo 16:13), disse o Senhor.

O Espírito Santo foi prometido e enviado pelo Senhor para habitar o crente e o capacitar em toda a obra cristã. Devemos nos posicionar diante desta certeza, como os primeiros discípulos, para recebermos o poder do Espírito e sermos “*testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra*” (At 1:8). A igreja continua se movendo, impulsionada por este poder, para proclamar o Evangelho em toda a terra e confrontar o pecado e a mentira. Proclamamos e confrontamos com palavras e argumentos. O maior impacto, contudo, é a presença e o estilo de vida moldado pelo Evangelho.

A palavra *martys*, traduzida por testemunhas, traz um sentido legal e jurídico, como o da testemunha em um tribunal do júri. Também tem um sentido da fé que é provada pela morte, o martírio. O discípulo deveria sair pelo mundo disposto a morrer

pela fé, mas era a sua vida que deixava uma marca indelével, a vida como defesa da fé, uma fé digna de ser defendida.

Em João 1:40-42, encontramos um exemplo do testemunho baseado no encontro com Cristo, na mudança e nas oportunidades que Deus nos dá para compartilhar da mensagem da salvação, sendo nossa transformação uma parte indispensável da mensagem. André experimentou um encontro transformador com Cristo e levou o seu irmão Pedro até ele: *“Era André, o irmão de Simão Pedro, um dos dois que tinham ouvido o testemunho de João e seguido Jesus. Ele achou primeiro o seu próprio irmão, Simão, a quem disse: Achamos o Messias (que quer dizer Cristo), e o levou a Jesus”*.

Testemunho diante da família

O Evangelho de Marcos narra a história impressionante de um homem endemoniado, que vivia nos sepulcros e nem mesmo as correntes podiam prender. Jesus libertou aquele homem, expulsou espíritos malignos que o possuíam. Depois de transformado, ele queria seguir Jesus como os demais discípulos. O Senhor não permitiu e ordenou: *“Vai para tua casa, para os teus. Anuncia-lhes tudo o que o Senhor te fez e como teve compaixão de ti”* (Mc 5:20). A evangelização começou na família, mas extrapolou seus limites e alcançou toda uma região (v.21).

A evangelização em família tem um grau de dificuldade elevado. No lar, as palavras não geram persuasão se a presença não for amorosa e coerente. Quando anunciamos a decisão de seguir a Cristo, passamos a ser observados a partir do nosso passado, conhecido por todos ali. Em um primeiro momento, diferenças mais profundas, de caráter e visão de mundo, não serão tão perceptíveis. Por outro lado, podemos cair na cilada do moralismo sem vida, a tentativa de julgar o comportamento alheio usando como medida a nossa mudança superficial na linguagem ou vestimenta, por exemplo.

Na família, descobrimos que a diferença começa no interior e vai se tornando visível a medida em que amadurecemos. Até lá, devemos exercitar a humildade e a paciência. Esperar para que os familiares notem os sinais de uma nova vida e perguntem o que aconteceu. Este é momento de falar como o apóstolo Paulo: *“Estou crucificado com Cristo; logo, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim”* (Gl 2:19b-20a).

A postura do crente em casa deve ser amorosa, sábia e coerente. Isso não impedirá, no entanto, que haja conflitos. O crente deve lealdade exclusiva a Jesus. Quando se posicionar diante de uma família com crenças enraizadas e uma prática de adoração que não condiz com a Palavra de Deus, será inevitável acontecer o que podemos chamar de “choque teológico”. Muitos irmãos sofrem perseguição e injúrias, outros, em muitos lugares do mundo, são mortos pelos próprios familiares. Mesmo que a oposição não venha em uma escalada de violência, um discípulo de Cristo deve estar preparado. Mais cedo ou mais tarde, poderá vir um confronto mais intenso.

A luz de Cristo brilhando na vida de um novo convertido revelará a divisão que já estava instalada na família. Aqui não podemos permitir uma confusão: uma coisa é você gerar uma divisão, outra é revelar que a família está dividida devido ao pecado, do egoísmo. Somente assim podemos entender estas palavras de Jesus: *“Não penseis que vim trazer paz à terra; não vim trazer paz, mas espada. Pois vim causar divisão entre o homem e seu pai; entre a filha e sua mãe e entre a nora e sua sogra. Assim, os inimigos do homem serão os da sua própria casa”* (Mt 10:34-36). O Senhor não divide a lealdade de um discípulo com nenhuma outra pessoa. Ele exige adoração exclusiva.

Acontece que a paz forjada por uma tradição religiosa, por exemplo, não é a paz verdadeira que Jesus veio trazer, paz com Deus e com o próximo. Ele disse: *“Deixo-vos a paz, a minha paz vos dou; não vo-la dou como a dá o mundo. Não se turbe o vosso coração, nem se atemorize”* (Jo 14:27). Parece haver contradição entre estas duas afirmações do Mestre. Devemos notar, todavia, que a espada trazida por ele é a revelação da divisão entre as pessoas, fruto da natureza pecaminosa. Uma metáfora para o choque teológico. Já a paz que ele oferece está no relacionamento Mestre-discípulo, na união de espírito. O crente deverá desfrutar desta paz mesmo quando estiver em eventual confronto doutrinário.

Voltemos para Mateus 10:37-38 e vejamos a clareza do chamado de Cristo: *“Quem ama seu pai ou sua mãe mais do que a mim não é digno de mim; quem ama seu filho ou sua filha mais do que a mim não é digno de mim; e quem não toma a sua cruz e vem após mim não é digno de mim”*. Antes de estar no seio de uma família especificamente, a divisão está no interior de cada pecador. Jesus não admite que amemos nem a nós mesmos mais do que a Ele porque sabe que somos autodestrutivos. O egoísmo precisa apenas de uma desculpa; pode ser pai, mãe ou filhos. No fundo, sempre tenderemos a manter uma reserva pessoal, um quarto

fechado no coração. O que o Senhor está dizendo é que a partir do momento que o conhecemos como Senhor e Salvador devemos adorá-lo com exclusividade.

O apóstolo Paulo sistematizou este ensino quando tratou da batalha espiritual enfrentada pelo crente. Em 2 Coríntios ensina que as armas espirituais usadas por Satanás são métodos ou argumentos: *“Porque as armas da nossa milícia não são carnis, e sim poderosas em Deus, para destruir fortalezas, anulando nós sofismas e toda altivez que se levante contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo pensamento à obediência de Cristo”* (2Co 10:4). A pessoa que passa a conhecer a Deus e viver a partir da experiência com Cristo saberá identificar a forma mundana de pensar, principalmente a soberba e o desamor.

Sabendo do conflito de ordem espiritual, Paulo recomendou a Timóteo que o relacionamento com pessoas resistentes à evangelização e dispostas ao confronto deveria ser marcado pela mansidão: *“Ora, é necessário que o servo do Senhor não viva a contender, e sim deve ser brando para com todos, apto para instruir, paciente, disciplinando com mansidão os que se opõem, na expectativa de que Deus lhes conceda não só o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade”* (2Tm 2:24). São recomendações a um líder da igreja, mas servem para todos.

Os embates que chegam a acontecer nas famílias dos novos convertidos podem ser classificados em duas categorias:

1) adoração a falsos deuses;

Quando Paulo evangelizou na politeísta Atenas, confrontou o desconhecimento do Deus Verdadeiro e anunciou a ressurreição de Cristo (At 17:16-34). Muitas famílias estão sendo enganadas por Satanás através de falsas religiões.

2) Adoração falsa a Deus;

Jesus confrontou a mulher samaritana, que estava confusa quanto à verdadeira adoração a Deus. Mostrou que Deus busca ser adorado *“em espírito e em verdade”* (Jo 4:24), independentemente do lugar ou ritual praticado. Contudo, esta adoração não será possível sem o reconhecimento de que Cristo é o *“Salvador do mundo”* (v.42). Certamente convivemos com familiares católicos ou neopentecostais que não compreenderam este princípio ainda.

Testemunho em meio à perseguição

Ao despedir-se dos discípulos, Jesus os advertiu sobre a perseguição que sofreriam: *“Lembrai-vos da palavra que eu vos disse: não é o servo maior do que seu senhor. Se me perseguiram a mim, também perseguirão a vós outros; se guardaram a minha palavra, também guardarão a vossa”* (Jo 15:20). O cristão não deveria se surpreender quando fosse perseguido devido à sua identificação com Cristo. Seria fraqueza da nossa parte até mesmo considerar que um operador de stream, uma rede de televisão ou um jornal digital representasse ameaça à nossa fé. No momento em que você lê esta revista, algum irmão da “igreja perseguida” está sendo preso, torturado ou morto pelo simples fato de dizer que é cristão. O nosso Salvador morreu injustamente em uma maldita cruz e nos chamou a carregar diariamente a nossa cruz (Lc 9:23).

Quando perseguidos, nossa resposta deve ser a entrega da pessoa diante de Deus, justo juiz: *“Não torneis a ninguém mal por mal; esforçai-vos por fazer o bem perante todos os homens; se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens; não vos vingueis a vós mesmos, amados, mas dai lugar à ira; porque está escrito: A mim me pertence a vingança; eu é que retribuirei, diz o Senhor”* (Rm 12:17-19). O Senhor dará a recompensa devida no tempo próprio. Enquanto isso, buscaremos a paz e oraremos por quem nos perseguir. Nossa resposta deve ser com uma vida de santificação, de separação do mundo para devoção a Cristo. Nesta atitude estará o sinal de esperança que as pessoas precisam, inclusive os perseguidores. Uma vida coerente com o Evangelho sempre será a pregação mais eloquente. A melhor apologia da fé será sempre a santificação.

CONCLUSÃO

Quando somos um testemunho vivo, nossa família, amigos e conhecidos, terão interesse crescente na mensagem que transmitimos com palavras, ações e atitudes. O choque será inevitável, mas teremos oportunidade de demonstrar o amor de Deus que nos alcançou. Mesmo quando formos perseguidos, poderemos glorificar a Deus.

Veja nesta citação mais longa como os apóstolos, todos perseguidos, mortos ou exilados, estavam conscientes da postura diante da perseguição:

“Ora, quem é que vos há de maltratar, se fordes zelosos do que é bom? Mas, ainda que venhais a sofrer por causa da justiça, bem-aventurados sois. Não vos amedronteis, portanto, com as suas ameaças, nem fiqueis alarmados; antes, santificai a Cristo, como Senhor, em vosso coração, estando sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós, fazendo-o, todavia, com mansidão e temor, com boa consciência, de modo que, naquilo em que falam contra vós outros, fiquem envergonhados os que difamam o vosso bom procedimento em Cristo, porque, se for da vontade de Deus, é melhor que sofrais por praticardes o que é bom do que praticando o mal” (1 Pedro 3:13-17).

QUESTÕES PARA REVISÃO:

- 1) Escreva, resumidamente, a sua experiência de conversão.

